

# Ação 3 jornal



ANO XXIX | Nº 230 | JAN-FEV/2015

**ANABB**

PUBLICAÇÃO DA ANABB  
www.anabb.org.br



## PRÊMIO CIDADANIA VIVA

R\$ 100 mil em prêmios  
para projetos de  
incentivo à cidadania

## CASSI EM PAUTA

Entidades reúnem-se  
para discutir situação  
financeira da Cassi

# OS FUNCIONÁRIOS DO BB? QUEM SÃO

Pesquisa encomendada pela ANABB faz panorama  
do perfil do funcionalismo do Banco e mostra  
dados alarmantes sobre a saúde do trabalhador

ENCARTE SOBRE AÇÕES JUDICIAIS

Conheça e saiba se você pode participar



**CARTA DO PRESIDENTE**

Gostaria de parabenizar a ANABB pela carta do presidente Sergio Riede no jornal Ação nº 229, quando diz: “É como se fosse dito que a Previ vai tão mal que precisa suspender o BET e retomar as contribuições, ao mesmo tempo que vai tão bem que pode pagar bônus adicional a seus dirigentes”. Não seria o caso de uma ação individual na Justiça, pela ANABB, contra quem aprovou um absurdo desse?  
*Gilberto da Silva Pires*  
 Bonito – MS

**SUSTENTABILIDADE**

Escrevo para congratular a ANABB em função não apenas do bom material a respeito de sustentabilidade inserido na edição de dezembro (Ação nº 229), mas também porque me parece que a entidade quer entrar de vez na discussão e na disseminação constantes do tema. Sugiro que se incorporem questões ligadas à resiliência, tão fundamentais quanto a sustentabilidade em tempos de aceleração das mudanças climáticas.  
*Luiz Fernando Felipe Guida*  
 Niterói – RJ

Li a matéria sobre sustentabilidade do jornal Ação nº 229 e tive uma ideia que espero ser útil. Tenho observado um número muito grande de sombrinhas que são descartadas nas lixeiras. Acho um enorme desperdício. Há ótimos tecidos, com estampas maravilhosas, que poderiam ser reaproveitados. São tecidos que podem ser transformados em bolsas, toalhas de mesa, cortinas, forro para prateleiras, colchas, revestimentos decorativos para vidros e garrafas, etc. Basta usar a imaginação... É uma riqueza que pode ser reaproveitada, gerando renda. Esse material seria encaminhado

a entidades beneficentes que poderiam utilizá-lo de forma criativa.  
*Maria Helena de Lima V. Cherman*  
 Belo Horizonte – MG

**SUGESTÃO**

Ao longo dos anos, vimos que os representantes dos associados em todas as entidades ligadas ao BB são sempre os mesmos. Se alternam ora na Cassi, ora na ANABB, ora na Previ. Como forma de estimular a alternância de nossos representantes, sugiro que a ANABB, que vem zelando pela transparência, divulgue os cargos e seus respectivos benefícios, periodicidade ou data-base para se candidatar, possibilitando a tomada de decisão de todos aqueles que se julgarem aptos para a função. Acredito que, ao tomar conhecimento dos ônus e dos bônus, muitos associados poderão se decidir pela concorrência.  
*José Luiz Barbosa*  
 Recife – PE

**NR:** Agradecemos as sugestões. Elas serão inseridas no banco de pautas do jornal Ação.

**CASSI**

Tendo em vista as dificuldades que passam os planos de saúde no Brasil, sugiro que a ANABB, em conjunto com a Cassi, remeta mensagens constantes a todos os associados, alertando-os sobre determinadas exigências, como exames e tratamentos desnecessários, que oneram as finanças do plano. É importante que todos os associados estejam cientes de que a Cassi pode se tornar insuficiente e até fechar planos. Nós, usuários, temos muitas informações por meio da ANABB. Precisamos ficar atentos constantemente.  
*Wilson Roberto Skrepetzki*  
 Guarapuava – PR

**DIRETORIA EXECUTIVA**

- SERGIO RIEDE**  
Presidente
- REINALDO FUJIMOTO**  
Vice-Presidente Administrativo e Financeiro
- DOUGLAS SCORTEGAGNA**  
Vice-Presidente de Comunicação
- TEREZA GODOY**  
Vice-Presidente de Relações Funcionais
- FERNANDO AMARAL**  
Vice-Presidente de Relações Institucionais

**CONSELHO DELIBERATIVO**

- João Botelho (Presidente)
- Ana Lúcia Landin
- Augusto Carvalho
- Cecília Mendes Garcez Siqueira
- Claudio Nunes Lahorgue
- Denise Vianna
- Emílio Santiago Ribas Rodrigues
- Gilberto Matos Santiago
- Graça Machado
- Ilma Peres Causanilhas Rodrigues
- Isa Musa
- José Branisso
- Luiz Antonio Careli
- Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza
- Maria Goretti Fassina Barone Falqueto
- Mário Tatsuo Miyashiro
- Mércia Pimentel
- Nilton Brunelli
- Paula Regina Goto
- William Bento

**CONSELHO FISCAL**

- Vera Lúcia de Melo (Presidente)
- João Antonio Maia Filho
- Maria do Céu Brito
- Anaya Martins de Carvalho (suplente)
- Antonio José de Carvalho (suplente)
- Marco Antonio Leite dos Santos (suplente)

**DIRETORES REGIONAIS**

- Regional AC-01: Julia Maria Matias de Oliveira
- Regional AL-02: Ivan Pita de Araújo
- Regional AP-03: Samuel Bastos Macedo
- Regional AM-04: Angelo Raphael Celani Pereira
- Regional BA-05: José Easton Matos Neto
- Regional BA-06: Jonas Sacramento Couto
- Regional BA-07: Paulo Vital Leão
- Regional BA-08: Maruse Dantas Xavier
- Regional CE-09: Maria José Faheina de Oliveira
- Regional CE-10: Eriwanda de Lima Medeiros
- Regional DF-11: Hélio Gregório da Silva
- Regional DF-12: Marcos Maia Barbosa
- Regional DF-13: Francisco Mariquito Cruz
- Regional DF-14: Carlos Nascimento Monteiro
- Regional DF-15: Messias Lima Azevedo
- Regional ES-16: Sebastião Ceschim
- Regional GO-17: Saulo Sartre Ubaldino
- Regional GO-18: José Carlos Teixeira de Queiroz
- Regional MA-19: Camilo Gomes da Rocha Filho
- Regional MT-20: Daniel Ambrosio Fialkowski
- Regional MS-21: Valdeiriro de Souza
- Regional MG-22: Luiz Carlos Fazza
- Regional MG-23: Eustáquio Guglielmelli
- Regional MG-24: Matheus Fraiña de Souza Coelho
- Regional MG-25: Amir Além de Aquino
- Regional MG-26: Anibal Moreira Borges
- Regional MG-27: Maria Rosário Fátima Durães
- Regional PA-28: Fábio Gian Braga Pantoja
- Regional PB-29: Maria Aurinete Alves de Oliveira
- Regional PR-30: Anibal Rumiatto
- Regional PR-31: Luiz Carlos Kapp
- Regional PR-32: Moacir Finardi
- Regional PR-33: Carlos Ferreira Kravicz
- Regional PE-34: Sérgio Dias César Loureiro
- Regional PE-35: José Alexandre da Silva
- Regional PI-36: Francisco Carvalho Matos
- Regional RJ-37: Antônio Roberto Vieira
- Regional RJ-38: Maurício Gomes de Souza
- Regional RJ-39: Carlos Fernando S. Oliveira
- Regional RJ-40: Mário Magalhães de Souza
- Regional RJ-41: Sérgio Werneck Isabel da Cruz
- Regional RJ-42: Eduardo Leite Guimarães
- Regional RN-43: Hermínio Sobrinho
- Regional RS-44: Celson José Matte
- Regional RS-45: Valmir Canabarro
- Regional RS-46: Edmundo Velho Brandão
- Regional RS-47: Oraida Laroque Medeiros
- Regional RS-48: Enio Nello Pfeifer Friedrich
- Regional RS-49: Saul Mário Mattei
- Regional RO-50: Sidnei Celso da Silva
- Regional RR-51: José Antônio Ribas
- Regional SC-52: Carlos Francisco Pamplona
- Regional SC-53: Moacir Fogolari
- Regional SC-54: Alsiene Gomes de Oliveira Filho
- Regional SP-55: Rosângela Araújo Vieira Sanches
- Regional SP-56: Dirce Miuki Miyagaki
- Regional SP-57: Adelmo Vianna Gomes
- Regional SP-58: Reginaldo Fonseca da Costa
- Regional SP-59: Adilson Antonio Menegueta
- Regional SP-60: José Antônio da Silva
- Regional SP-61: José Roberto Leme
- Regional SP-62: José Antonio Galvão Rosa
- Regional SP-63: Jaime Bortoloti
- Regional SP-64: Juvenal Ferreira Antunes
- Regional SE-65: Almir Souza Vieira
- Regional TO-66: Pedro Carvalho Martins

Este espaço destina-se à opinião dos leitores. Por questão de espaço e estilo, as cartas podem ser editadas e serão publicadas apenas as selecionadas pela ANABB. Envie comentários, sugestões e reclamações para [jornal@anabb.org.br](mailto:jornal@anabb.org.br) ou para SCRS 507, Bl. A, Lj. 15 – CEP: 70351-510 – Brasília/DF.



A Gráfica e Editora Positiva é licenciada pelo IBRAM - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - sob o nº 072/2010. Todo o papel utilizado na impressão do Jornal Ação é oriundo de reflorestamento ecologicamente correto.





# DESCONFIE DE MIM

Sergio Riede – Presidente da ANABB

Vivemos uma era em que dois fenômenos são marcantes. O primeiro deles é a descrença nas instituições e em seus dirigentes. Isso vale para governos, partidos políticos, religiões, associações, escolas. Até a estrutura familiar sofre abalos. Essa falta do sentimento de pertencimento às instituições em geral tem sido abordada por pensadores respeitados de várias partes do mundo. Um deles é Zygmunt Bauman, que criou a expressão “modernidade líquida” e já escreveu mais de 40 livros sobre o assunto.

O segundo é a expansão e o uso da internet como forma de acesso à informação e meio para expressão de opiniões, especialmente nas redes sociais. Como oportunidade inédita de comunicação entre as pessoas, a internet tem um lado muito positivo, pois contribui para democratizar o conhecimento e dar voz a quem antes ficava mais calado.

Entretanto, ela também tem um lado preocupante. Com uma infinidade de informações disponíveis mediante um clique no computador, as pessoas perderam a paciência para ler textos mais longos e mais profundos e, frequentemente, têm formado opinião apenas pelas manchetes. Quando alguém exprime uma opinião categórica sobre um assunto, não é raro se constatar a falta de fundamentos e a inconsistência no que é dito. Além disso, a facilidade para expressar opiniões na internet tem gerado a emissão de juízos apressados, intolerantes e agressivos. Muitas vezes, com alta dose de superficialidade e erros grosseiros de redação.

Em um cenário como esse de descrença nas instituições e de facilidade para emitir opiniões superficiais, a “terceirização da culpa” é muito comum: tudo que está errado é o outro que faz; a corrupção só existe no grupo dos outros; gestão errada é aquela da qual eu não faço parte.

O leitor sério fica perdido. Não raro, ele lê textos de correntes antagônicas e não sabe em quem acreditar. Ou chega à conclusão de que é tudo “farinha do mesmo saco”, que todos distorcem a verdade. E é neste ponto que eu quero chegar. A pior coisa que pode nos ocorrer é a falta de esperança, a desistência de participar do esforço de construção de um mundo melhor. Mas como separar o joio do trigo?

Uma das formas de fazer isso é desconfiar de todos, inclusive do autor deste texto. Não no sentido de desacreditar e abandonar a leitura, mas no sentido de checar se o que a pessoa escreve ou diz é coerente com suas atitudes. Vou dar alguns exemplos.

Se a pessoa diz que é a favor da pluralidade, procure saber se quando ela esteve no poder usou a entidade para dar espaço a todas as chapas que participaram de eleições ou se privilegiou o grupo do qual fazia parte.

Se a pessoa grita que é contra o voto de Minerva, verifique se, ao revisar o Estatuto da entidade da qual fez parte, ela propôs a extinção desse voto ou se, ao contrário, o incluiu ou manteve nas normas da organização.

Se a pessoa diz que é contra o pagamento de bônus na Previ, procure saber se quando ela era dirigente foi capaz de abrir mão de PLR em entidade que não visa ao lucro ou se, mesmo sendo expressamente vedado em seu contrato de cessão, recebeu PLR por anos a fio.

Se a pessoa fala que é contra o aparelhamento das instituições, informe-se se ela foi capaz de propor e fazer aprovar norma contra o nepotismo ou se, ao contrário, nomeou uma porção de amigos para cargos importantes ou, pior, se foi sócia de prestadores de serviço à entidade ou foi conivente com essa prática.

Se a pessoa defende o respeito à governança corporativa, investigue se ela alguma vez se ausentou de reuniões apenas para não dar quórum e evitar a deliberação sobre um assunto que lhe incomodava ou se impediu a posse de suplentes prevista nos Estatutos da entidade.

Se a pessoa acusa alguém de ser ligado a alguma corrente política, verifique primeiro se o acusador nunca andou junto com a corrente que agora critica; depois, constate se a pessoa acusada foi capaz ou não de ter alguma atitude que contrariasse a visão ou os interesses da corrente à qual é acusada de ser submissa.

Estes são apenas alguns exemplos de como pode ser feito um esforço para não se conformar com a percepção de que todos são iguais. Em outras palavras, não acredite em ninguém apenas por simpatia ou primeiras impressões. Não caia na tentação de igualar todos. Amanhã, poderão fazer isso com você.

Procure conhecer a realidade como ela é. Mais do que em discursos, acredite em fatos e documentos. Tenha a dúvida sempre presente. Não a dúvida que paralisa, mas a dúvida investigativa, que busca conhecer a verdade dos fatos. Compare a história concreta de cada pessoa e de cada instituição.

Tentar fazer você acreditar que todos são iguais, às vezes, é uma estratégia para mantê-lo anestesiado, distante do legítimo exercício do poder. Quando falo do exercício do poder, falo do voto consciente e da possibilidade de você, leitor, colocar-se como candidato a cargos em entidades que têm como missão representá-lo.

A pior coisa que cada um de nós pode fazer contra nossos mais legítimos interesses é lavar as mãos e ficar fora do processo. Como já dizia Platão na obra *A República*: “Não há nada de errado com aqueles que não gostam de política, simplesmente serão governados por aqueles que gostam”. Boa leitura a todos! ■





# RAIO-X NO BB

**Pesquisa encomendada pela ANABB mostra resultados surpreendentes sobre funcionalismo do Banco do Brasil**

*Por Godofredo Couto e Tatiane Lopes*

Imagine uma empresa formada por funcionários de alta escolaridade que acreditam que a instituição onde trabalham deve estar comprometida com o interesse público e com desenvolvimento sustentável do país. Imagine ainda que, nessa mesma empresa, a maioria das pessoas sofra com problemas ligados ao estresse, ao assédio moral e ao constrangimento. Essa dicotomia, aparentemente irreal, existe. Pode parecer contraditório, mas estamos falando do Banco do Brasil.

Disposta a conhecer o perfil dos funcionários de uma das mais importantes instituições financeiras do mundo, a ANABB debruçou-se sobre problemas e anseios do funcionalismo do BB. O resultado é uma pesquisa reveladora, caracterizada por diversos pontos positivos, mas também marcada por questões negativas e muito graves para todos os envolvidos no processo.

O estudo intitulado “Quem são os funcionários do Banco do Brasil?” foi realizado pela ANABB entre os dias 20 de outubro e 23 de novembro de 2014 e contou

com a participação de mais de 6,5 mil funcionários da ativa do BB, que responderam a um questionário pela internet. O trabalho foi desenvolvido por professores e alunos de graduação da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Além de abordar temas ligados ao dia a dia da instituição, a pesquisa identificou o atual perfil dos funcionários do BB por gênero, raça, faixa etária, semelhanças e diferenças por região e unidade da Federação, expectativas com relação à carreira e ao Banco, e nível de formação.

Para o presidente da ANABB, Sérgio Riede, a pesquisa revela as percepções de um estrato bastante significativo da realidade do Banco do Brasil. “O plano amostral do estudo é semelhante à representação territorial estimada de funcionários do BB. Isso garante alta dose de veracidade, autenticidade e confiabilidade ao trabalho”, ressalta Riede. Veja a seguir tabela que comprova a semelhança na amostragem.

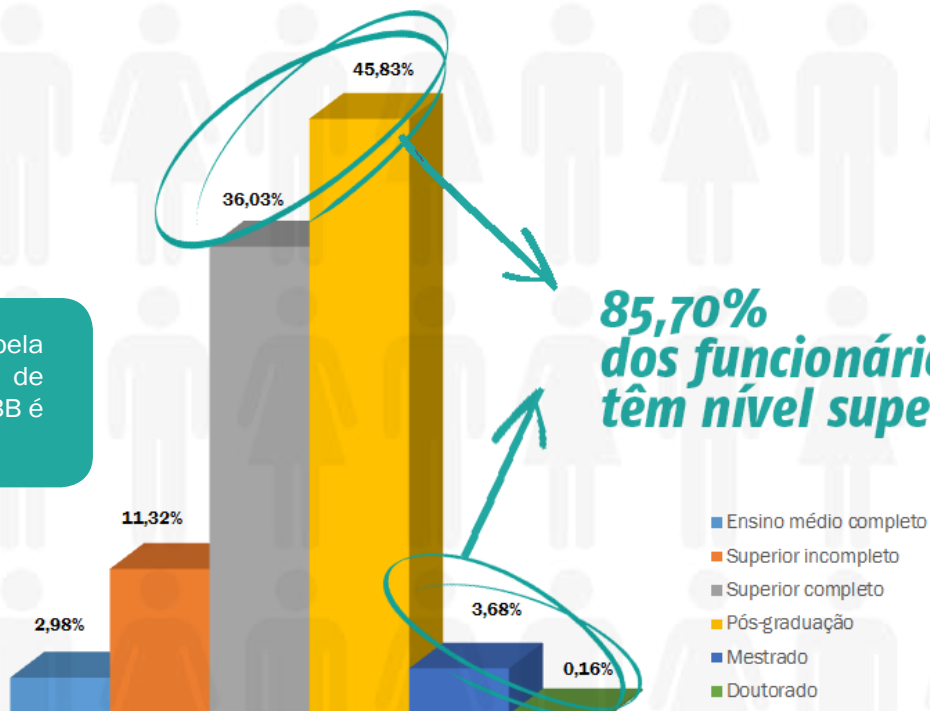
## PLANO AMOSTRAL DA PESQUISA

INDICADOR	NA POPULAÇÃO (%)	NO PLANO AMOSTRAL (%)
SP	26,98	26,67
DF	12,86	12,87
MG	8,88	8,95
PR	7,24	7,19
RJ	7,10	7,19
Homens	58,44	58,53
Mulheres	41,56	41,47
Não filiados	65,88	66,65
Filiados	34,11	33,35

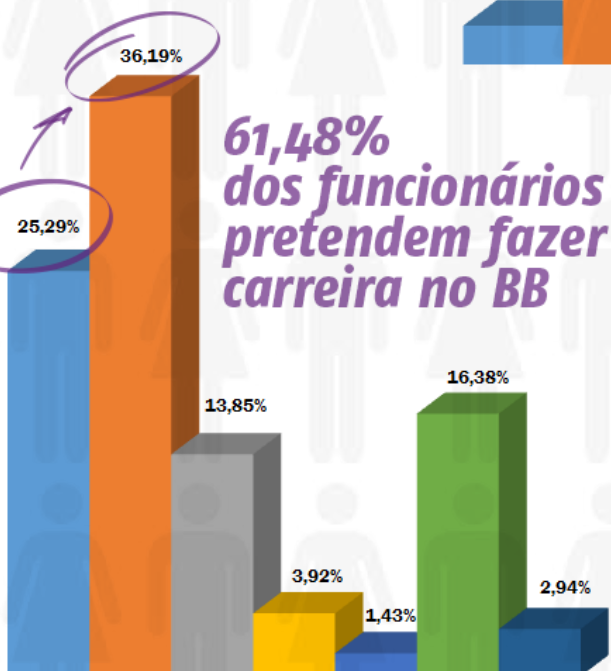
*\* Todos os dados provêm de plano amostral com 2.448 respostas, representativas da distribuição dos funcionários do BB nas unidades da Federação, por sexo e por condição de filiação à ANABB.*

A pesquisa encomendada pela ANABB apontou que mais de 85% do funcionalismo do BB é de nível superior.

**85,70%**  
dos funcionários  
têm nível superior



**61,48%**  
dos funcionários  
pretendem fazer  
carreira no BB



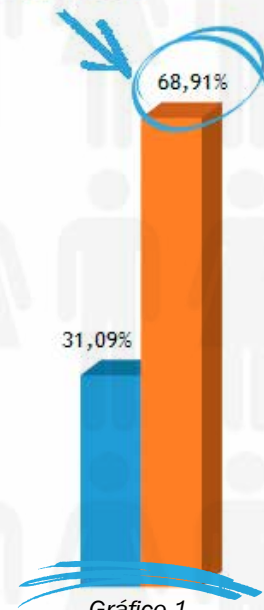
E, ao contrário do que muitos pensam, 61,48% dos funcionários pretendem fazer carreira no BB.

Na avaliação dos funcionários, a questão salarial é um ponto determinante para se ter qualidade de vida no trabalho, e em relação à remuneração 69,63% dos respondentes recebem até 10 salários mínimos e consideram que a política de remuneração variável do BB não é satisfatória.

**69,63%**  
dos funcionários  
recebem até 10  
salários mínimos



## Declararam-se estressados



### SAÚDE DO TRABALHADOR

Um dos temas mais críticos constatados pela pesquisa refere-se à saúde do trabalhador. O estudo constatou um panorama sensível e bastante urgente, que deve ser investigado profundamente pelo Banco e pelas entidades representativas do funcionalismo. A partir das respostas, verificou-se que 68,91% (**Gráfico 1**) dos entrevistados se declaram estressados no trabalho, enquanto 45,92% (**Gráfico 2**) já foram diagnosticados com estresse. Ainda em relação à saúde, 21,16% (**Gráfico 3**) dos participantes da pesquisa foram diagnosticados com algum sintoma de Ler/Dort, 14,50% (**Gráfico 4**) dos funcionários já receberam diagnóstico de algum transtorno mental relacionado ao trabalho e 33,42% (**Gráfico 5**) dos funcionários receberam indicação para tomar antidepressivos.

Além disso, outros dados alarmantes mostram que 69,85% (**Gráfico 6**) dizem que presenciaram assédio moral e 52,29% (**Gráfico 7**) se sentiram constrangidos no trabalho, a ponto de acreditar que sofriam assédio moral. Por fim, 14,79% (**Gráfico 8**) afirmam que presenciaram assédio sexual, sendo que 6,13% (**Gráfico 9**) asseguram ter sofrido esse tipo de coerção.

Para o vice-presidente de Relações Institucionais da ANABB, Fernando Amaral, o Banco será cobrado a se pronunciar sobre as informações a respeito de assédio. “Percebemos que o Banco tenta se esquivar de um problema que é inquestionável. Os sindicatos estão batendo nesse assunto há algum tempo, mas a Diretoria do Banco sempre contesta as informações deles, alegando que suas pesquisas ou coletas de dados não eram realizadas com rigor técnico. Desta vez, é a ANABB que está constatando que o assédio existe dentro do Banco de forma grave. A pesquisa é pública e foi feita por especialistas em coleta de dados. Não há como negar que precisamos nos preocupar com a saúde dos funcionários do Banco do Brasil”, defende Amaral.

85,50%



## Diagnosticados com algum transtorno mental

Gráfico 4

## Presenciaram assédio moral

30,15%

69,85%

Gráfico 6

## Diagnosticados com estresse



Gráfico 2

## Diagnosticados com sintomas de Ler/Dort



Gráfico 3

## Indicação para tomar antidepressivos

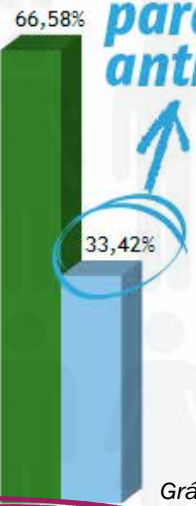


Gráfico 5

## Presenciaram assédio sexual



Gráfico 8

## Constrangidos no trabalho



Gráfico 7

## Sofreram assédio sexual



Gráfico 9



## SOCIABILIZAÇÃO E MISSÃO DO BB

Encontros informais com colegas de trabalho, como *happy hours*, não estão entre as prioridades para os funcionários do Banco. De acordo com a pesquisa, apenas 22,31% dos entrevistados encontram-se com colegas fora do ambiente de trabalho. É uma taxa bem menor do que aqueles que se encontram raramente ou nunca, que representa 36,48% dos entrevistados.

Por outro lado, os funcionários mostraram-se satisfeitos com o conhecimento pessoal que adquirem no Banco do Brasil. Os respondentes consideram positiva a experiência profissional, as relações interpessoais, o trabalho realizado e outros benefícios não salariais que são conquistados ao longo da carreira na instituição.

A missão do Banco do Brasil também foi levada em consideração pela pesquisa. De forma geral, o funcionalismo indicou três funções que seriam as principais para o Banco. São elas: ser solução em serviços e intermediação financeira (87,34%), atender às expectativas de clientes e acionistas (85,82%) e ser um banco competitivo e rentável (83,91%).

**45,59% dos funcionários trabalham de 8 a 12 horas por dia**

■ Até 6h  
■ De 6h a 8h  
■ De 8h a 12h

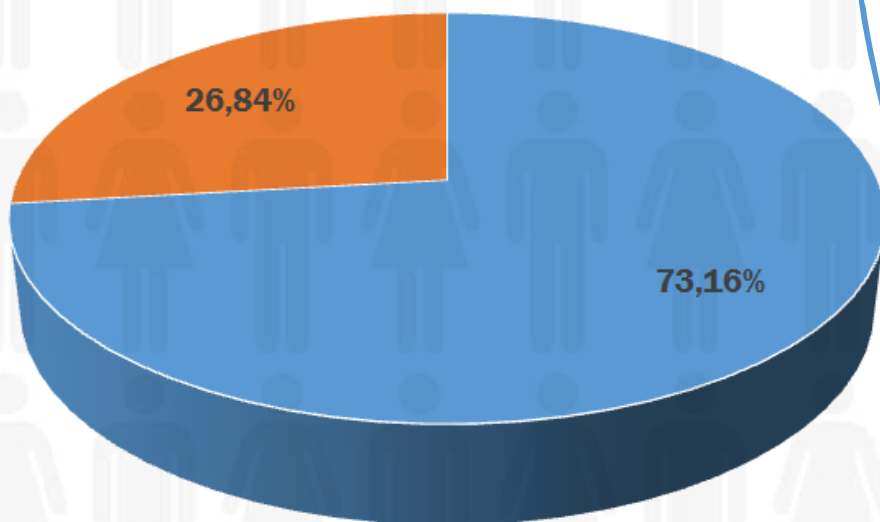
11,03%

42,36%

45,59%

É importante destacar que a incidência dos problemas de saúde é maior sobre as mulheres e está relacionada à extensão da jornada de trabalho e à intensidade da exploração do trabalho. Quase metade dos funcionários do BB trabalha de 8 a 12 horas por dia e representa 45,59% dos entrevistados.

A maioria (73,16%) considera que o número de funcionários nos locais de trabalho não é adequado.



■ Não ■ Sim





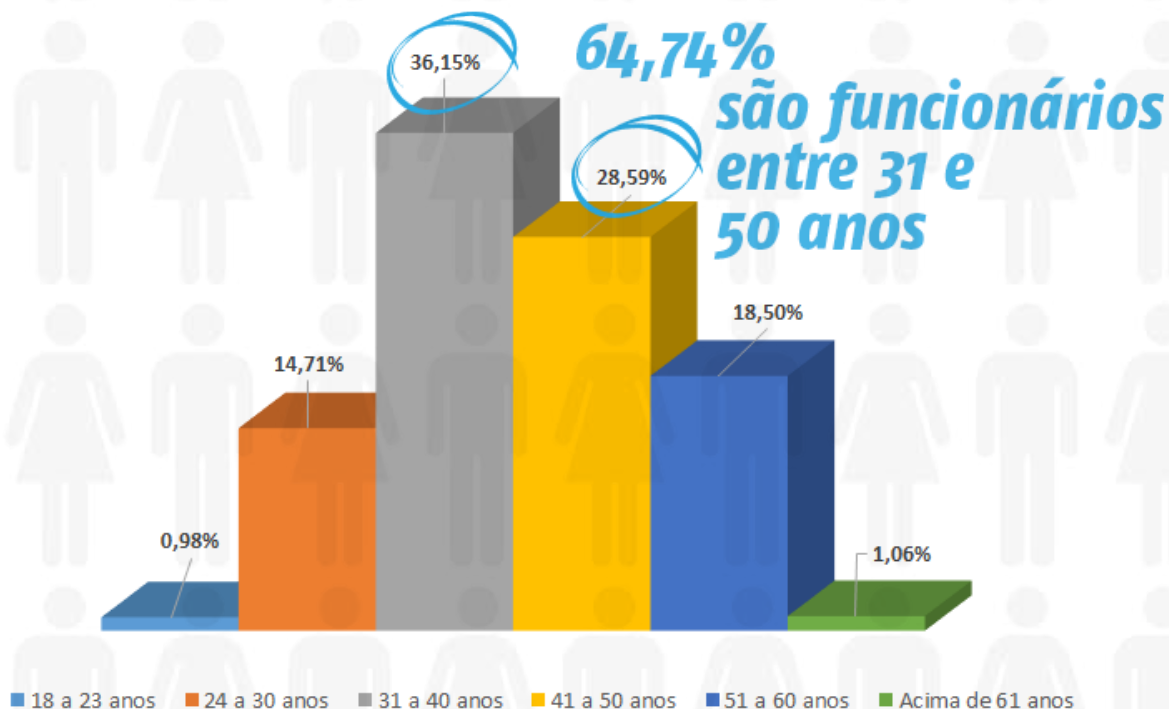


Gráfico 10

## CONHEÇA MAIS SOBRE A PESQUISA DA ANABB

### 1. Perfil sociodemográfico

- O funcionário da ativa é predominantemente branco (74,55%), tem idade de 31 a 50 anos (64,74%), trabalha no BB há menos de 16 anos (70,26%). O percentual de funcionários que se autodeclararam negros é de 22,31%.
- 58,44% são homens e 41,56% são mulheres. Metade trabalha nas capitais (50,41%) e outra metade no interior do país (49,59%).
- Com relação à escolaridade, mais de 85% do quadro de funcionários têm nível superior: 36,03% têm curso superior completo, 45,83% são pós-graduados, 3,84% têm mestrado ou doutorado.
- A maioria é casada (57,88%) e 11,36% vivem em união estável. Os solteiros representam 21,85%.
- Os funcionários que têm entre 18 e 30 anos são 15,69% do total, enquanto aqueles que estão na faixa entre 31 e 50 anos representam 64,74% e os que estão acima de 51 anos representam 19,56% do quadro, conforme **Gráfico 10**.

### 2. Características do trabalho

- A remuneração do funcionalismo do BB concentra-se na faixa até 10 salários mínimos (69,63%) sendo: até 5 SM são 35,02%; entre 5 e 10 SM são 34,61%; de 10 a 20 SM são 25,80%; e mais de 20 SM são 4,49%.
- Embora quase 100% sejam beneficiados com a PLR, 65,36% deles consideram a política de remuneração variável pouco satisfatória, insatisfatória ou totalmente insatisfatória.

### 3. Qualidade de vida no trabalho

A literatura de sociologia do trabalho considera como itens para aferição de qualidade de vida no trabalho: salário, estabilidade, ascensão profissional e benefícios sociais. Consultados a respeito desses itens, os respondentes revelaram os seguintes dados:

- Os itens considerados mais relevantes para o trabalho pelos funcionários são: a questão salarial (87,25%) e a estabilidade, que obteve 86,81% das respostas.
- Para os funcionários pós-1998, os itens mais relevantes são: 87,09% para salários, 86,12% para estabilidade e em terceiro vem a ascensão profissional, com 79,73%.
- Para aqueles que estão há mais de 20 anos no Banco, o resultado foi 88,97% para salários, 89,13% para estabilidade e em terceiro lugar os benefícios sociais, com 84,38%.



#### 4. Saúde do trabalhador

- A maioria dos funcionários do BB luta contra o sedentarismo. Dos respondentes, 39,01% realizam atividade física com frequência, enquanto que 31,13% o fazem ocasionalmente. Apenas 29,86% afirmam que raramente ou nunca realizam essas atividades, (**Gráfico 11**).

#### 5. Grau de satisfação com o trabalho

- Significativa parcela dos funcionários está satisfeita com a experiência profissional (60,37%), com o trabalho que realiza (52,61%), com as relações interpessoais (52,57%) e com outros benefícios não salariais (47,59%). Na outra ponta, grande parte está insatisfeita ou muito insatisfeita com a remuneração (40,24%), com a possibilidade de promoção (39,58%), com a qualidade de vida (33,70%) e com a carga de trabalho (33,46%).
- 61,48% dos funcionários pretendem fazer carreira no BB, mudando ou mantendo sua atual função, e 16,38% já se preparam para a aposentadoria. No entanto, 22,14% têm planos de sair do Banco.
- Segundo a pesquisa, 78,13% dos funcionários concordam que o novo funcionário do BB orienta sua carreira por valores individuais, e não por valores coletivos.

#### 6. Características políticas

- Do total de funcionários, 94,52% dizem não ser filiados a nenhum partido político e apenas 5,48% possuem filiação partidária.
- Embora 38,83% tenham afirmado não seguir nenhuma definição ideológica, 31,97% do total se autodeclararam de esquerda, sendo: 17,27% de centro-esquerda, 13,67% de esquerda e 1,03% de extrema-esquerda.
- 10,33% dos funcionários se autodeclararam de centro.
- E, 15,45% se autodeclararam de direita, sendo: 7,60% de centro-direita, 7,23% de direita e 0,62% de extrema-direita.
- Quando o tema é ANABB, os funcionários destacam as seguintes funções da entidade: defender os interesses dos funcionários do BB (74,92%), representar juridicamente os associados (72,31%), defender um Banco do Brasil mais justo para a sociedade (60,66%), representar politicamente os associados (58,86%) e oferecer produtos e serviços (30,76%).

**39,01%**  
**realizam atividade**  
**física com**  
**frequência**

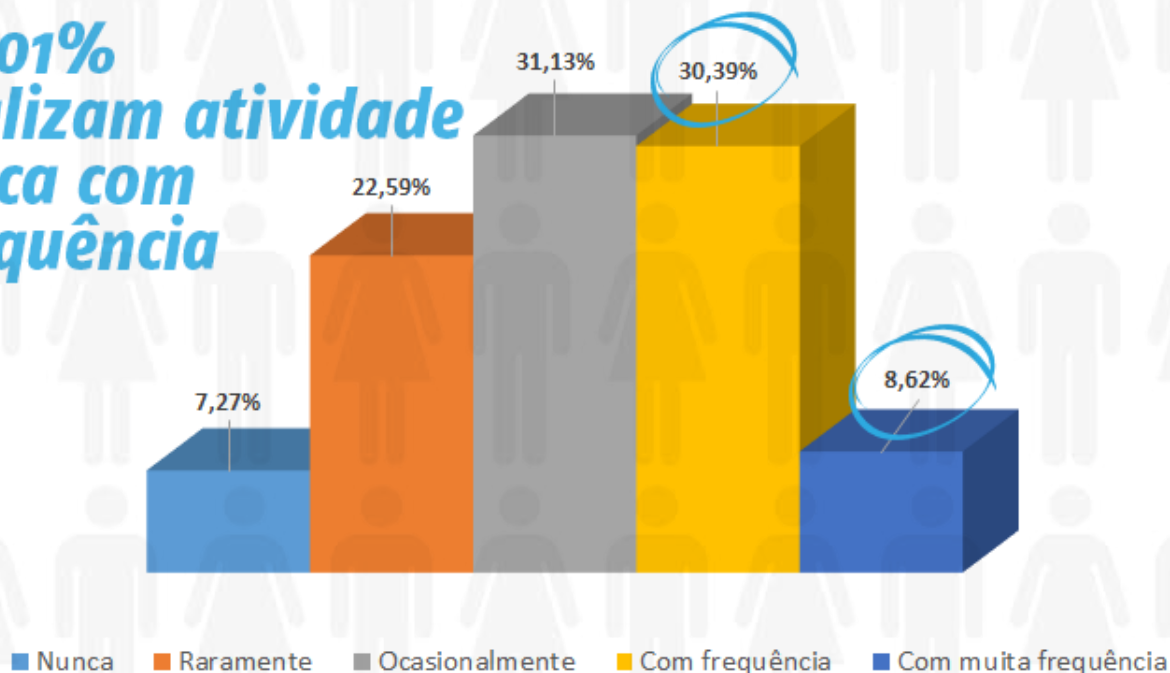


Gráfico 11

# 20 de fevereiro **ANABB** 29 anos

## Isso merece ser comemorado em todos os sentidos!

Nós percebemos o mundo de diversas formas. Somos dotados de cinco sentidos para localizar e avaliar tudo ao nosso redor. Dessa forma, nosso corpo sente todo o meio ambiente e sua sustentabilidade em todos os sentidos.

Assim também a história da ANABB pode ser percebida por todos que se achegam a ela. O reconhecimento de sua sustentabilidade e papel na vida de seus associados dá sentido à sua nobre missão de proteger os funcionários do Banco do Brasil e lutar por seus direitos, tomando-se a maior entidade da América Latina que representa os funcionários de uma única empresa.



Então, a ANABB merece ou não merece ser homenageada em todos os sentidos?  
Parabéns a todos os envolvidos nessas conquistas!



# SÓ QUANDO O POÇO SECA?!

Por Álvaro Modernell, especialista em Educação Financeira e Previdenciária

As notícias dos últimos tempos sobre a situação das reservas de água em certas regiões brasileiras são, no mínimo, preocupantes. Escassez, medo de racionamento, reflexos na produção de energia, falta d'água em bairros e cidades inteiras. A falta do líquido precioso, ainda tratado como banalidade por muita gente, afeta a rotina de fábricas, empresas, lares e comunidades. E quanto mais escassa, mais preciosa será a água, como reza a lei da oferta e da procura. Por outro lado, não muito longe de locais com risco de falta de água, há alagamentos, cheias, desmoronamentos, provocados pelo excesso ou pela incapacidade de escoamento adequado das águas das chuvas.

Há quem nomeie culpados, de São Pedro a políticos! Mas pouca gente assume que poderia ter contribuído mais para evitar essa situação. **Poderia, e ainda pode.** É mais cômodo culpar os outros e esperar uma solução, seja do acaso, seja por parte dos mesmos supostos culpados – políticos ou santos. Como se o lixo que cada um produz, a água que muitos desperdiçam, a poluição que a sociedade gera, a urbanização mal planejada, a permissividade com desmatamentos distantes, a falta de cuidados com praças e árvores próximas não fossem responsabilidade de todos nós. De cada um de nós.

Se desviarmos o rumo da prosa, como se desviam o curso dos rios, vemos claramente que nas finanças pessoais não é diferente. A maioria prefere procurar culpados a soluções. Esperar ajuda a procurar saídas.

Reclamar, lamentar, em vez de agir, de ter atitudes.

Se formos sempre pelo mesmo caminho, chegaremos sempre ao mesmo lugar, como nos ensina a filosofia oriental. Quem quer melhorar sua situação financeira, precisa, no mínimo, fazer sua parte. Pode até reclamar da situação e do contexto geral, mas tem de fazer algo.

Sobre as chuvas, é difícil interferir. Mas dá para reduzir o consumo de água e mudar hábitos. Sempre é possível. Nas finanças, a mesma coisa. Ainda que se fale em crise, em inflação, em retração nos investimentos, sempre há margem para reduzir despesas e, quem sabe, aumentar receitas. Citando novamente os orientais, crise é um misto de riscos e oportunidades.

O cenário não é animador. Mas com limões também se pode fazer limonada. O momento é oportuno para nos colocarmos no mesmo barco que o Planeta, já que parece que nem todos perceberam ainda que o Planeta é nosso barco. Mudanças de hábito e racionalização do consumo de água, energia e outros recursos naturais podem ajudar na sustentabilidade do Planeta e, de quebra, auxiliar no orçamento doméstico. Típica relação ganha – ganha.

Se não for pelo Planeta, que seja pelo bolso. Se não for pelo bolso, que seja pelo Planeta. O importante é buscarmos maneiras de reduzir o consumo de água, energia e qualquer recurso natural, seja ele renovável, seja ele não renovável.

O Planeta agradece. O bolso também. ■■



## CADASTRO ATUALIZADO GARANTE INFORMAÇÃO EM DIA!

2015 é ano de eleição na ANABB. Por isso, é importante que os associados estejam com cadastro atualizado para receberem todos os informativos referentes ao processo eleitoral.

Se você mudou de endereço, telefone ou e-mail nos últimos 12 meses, atualize seus dados. [www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br) ou (61) 3442 9696

Cadastro atualizado é certeza de informação recebida!

# Ação

jornal



Especial

**ANABB**

PUBLICAÇÃO DA ANABB  
[www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br)

## AÇÕES JUDICIAIS

Você tem um defensor de peso na Justiça!  
Confira as ações conduzidas pela ANABB e veja como participar



A ANABB, desde sua criação, vem defendendo os direitos de seus associados na Justiça. Os processos, que podem ser individuais ou coletivos, objetivam sanar lesões em variadas esferas jurídicas. Ao todo, mais de R\$ 2 bilhões já foram devolvidos para os associados da entidade.

Este encarte traz as principais ações defendidas pela ANABB em favor de seus associados. Conheça os detalhes de cada ação, seu conteúdo, seu critério legal, quem pode participar e como está a situação de cada uma. As ações FGTS e Poupança Plano Verão (individuais), juntamente com as ações IR Previ e IR KM (coletivas), são os destaques desta publicação.

Vale ressaltar que as ações individuais, como o próprio nome já diz, necessitam de acompanhamento individualizado. Ou seja, o encarte traz também as particularidades destas ações, mas os detalhamentos demandam acompanhamento diretamente pelo solicitante junto ao atendimento da ANABB. O contato pode ser feito pelo Fale Conosco no site da Associação ([www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br)) e pelo telefone (61) 3442 9696.

**Você tem um defensor de peso na Justiça! Confira as ações conduzidas pela ANABB e veja como participar.**

## Diretoria Executiva da ANABB

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### SERGIO RIEDE

Presidente

#### REINALDO FUJIMOTO

Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

#### DOUGLAS SCORTEGAGNA

Vice-Presidente de Comunicação

#### TEREZA GODOY

Vice-Presidente de Relações Funcionais

#### FERNANDO AMARAL

Vice-Presidente de Relações Institucionais

### CONSELHO DELIBERATIVO

João Botelho (Presidente)

Ana Lúcia Landin

Augusto Carvalho

Cecília Mendes Garcez Siqueira

Cláudio José Zucco

Claudio Nunes Lahorgue

Denise Vianna

Emílio Santiago Ribas Rodrigues

Gilberto Matos Santiago

Graça Machado

Ilma Peres Causanilhas Rodrigues

Isa Musa

José Branisso

Luiz Antonio Careli

Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza

Maria Goretti Fassina Barone Falgueto

Mário Tatsuo Miyashiro

Mércia Pimentel

Nilton Brunelli

Paula Regina Goto

William Bento

### CONSELHO FISCAL

Vera Lúcia de Melo (Presidente)

João Antonio Maia Filho

Maria do Céu Brito

Anaya Martins de Carvalho (suplente)

Antonio José de Carvalho (suplente)

Marco Antonio Leite dos Santos (suplente)

### DIRETORES REGIONAIS

Regional AC-01: Julia Maria Matias de Oliveira

Regional AL-02: Ivan Pita de Araújo

Regional AP-03 : Samuel Bastos Macedo

Regional AM-04: Ângelo Raphael Celani Pereira

Regional BA-05: José Easton Matos Neto

Regional BA-06: Jonas Sacramento Couto

Regional BA-07: Paulo Vital Leão

Regional BA-08: Maruse Dantas Xavier

Regional CE-09: Maria José Faheina de Oliveira

Regional CE-10: Erivanda de Lima Medeiros

Regional DF-11: Hélio Gregório da Silva

Regional DF-12: Marcos Maia Barbosa

Regional DF-13: Francisco Mariquito Cruz

Regional DF-14: Carlos Nascimento Monteiro

Regional DF-15: Messias Lima Azevedo

Regional ES-16: Sebastião Ceschim

Regional GO-17: Saulo Sartre Ubaldino

Regional GO-18: José Carlos Teixeira de Queiroz

Regional MA-19: Camilo Gomes da Rocha Filho

Regional MT-20: Daniel Ambrosio Fialkoski

Regional MS-21: Valdeiriro Ciró de Souza

Regional MG-22: Luiz Carlos Fazza

Regional MG-23: Eustáquio Guglielmelli

Regional MG-24: Matheus Fraiha de Souza Coelho

Regional MG-25: Amir Além de Aquino

Regional MG-26: Anibal Moreira Borges

Regional MG-27: Maria Rosário Fátima Durães

Regional PA-28: Fábio Gian Braga Pantoja

Regional PB-29: Maria Aurinete Alves de Oliveira

Regional PR-30: Anibal Rumiatto

Regional PR-31: Luiz Carlos Kapp

Regional PR-32: Moacir Finardi

Regional PR-33: Carlos Ferreira Kravicz

Regional PE-34: Sérgio Dias César Loureiro

Regional PE-35: José Alexandre da Silva

Regional PI-36: Francisco Carvalho Matos

Regional RJ-37: Antônio Roberto Vieira

Regional RJ-38: Maurício Gomes de Souza

Regional RJ-39: Carlos Fernando S. Oliveira

Regional RJ-40: Mário Magalhães de Souza

Regional RJ-41: Sérgio Werneck Isabel da Cruz

Regional RJ-42: Eduardo Leite Guimarães

Regional RN-43: Herminio Sobrinho

Regional RS-44: Celson José Matte

Regional RS-45: Valmir Canabarro

Regional RS-46: Edmundo Velho Brandão

Regional RS-47: Oráida Laroque Medeiros

Regional RS-48: Enio Nelio Pfeifer Friedrich

Regional RS-49: Saul Mário Mattei

Regional RO-50: Sídney Ceiso da Silva

Regional RR-51: José Antônio Ribas

Regional SC-52: Carlos Francisco Pamplona

Regional SC-53: Moacir Fogolari

Regional SC-54: Alsiome Gomes de Oliveira Filho

Regional SP-55: Rosângela Araújo Vieira Sanches

Regional SP-56: Dirce Miuki Miyagaki

Regional SP-57: Adélmo Vianna Gomes

Regional SP-58: Reginaldo Fonseca da Costa

Regional SP-59: Adilson Antonio Menegueta

Regional SP-60: José Antônio da Silva

Regional SP-61: José Roberto Leme

Regional SP-62: José Antonio Galvão Rosa

Regional SP-63: Jaime Bortolotti

Regional SP-64: Juvenal Ferreira Antunes

Regional SE-65: Almir Souza Vieira

Regional TO-66: Pedro Carvalho Martins



# Ações individuais da ANABB

## 1. FGTS

### 1.1 FGTS PLANOS ECONÔMICOS

**DO QUE SE TRATA:** visa reaver os índices de correção expurgados pelos Planos Econômicos Verão e Collor I.

**EM QUE SE BASEOU:** em janeiro de 1989 e abril de 1990, os Planos Econômicos Verão e Collor I, editados pelo governo, expurgaram índices de 42,72% e 44,8%, respectivamente, que deveriam ter sido utilizados na correção dos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A ação visa à recomposição desses saldos pelos índices que não foram aplicados.

**QUEM PODE AJUIZAR A AÇÃO:** associados que possuíam saldo na conta de FGTS em 1º/3/1989 e/ou 2/5/1990, e que não tenham aderido ao acordo oferecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como devidas as correções referentes aos Planos Verão e Collor I, em agosto de 2000, as ações podem ser finalizadas em menos tempo, uma vez que tendem a não transitar mais pelos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) –, diminuindo a demora na liquidação destas.

### 1.2 JUROS PROGRESSIVOS + CORREÇÃO INTEGRAL (VERÃO E COLLOR I)

**DO QUE SE TRATA:** visa recompor o saldo de FGTS com juros progressivos de 3% para 6% acumulado com a correção monetária integral desde a data em que era devida a atualização, incluindo-se os percentuais de 42,72% e 44,8%, índices que deveriam ter sido utilizados na correção dos saldos das contas de FGTS nos Planos Econômicos Verão (janeiro de 1989) e Collor I (abril de 1990).

**EM QUE SE BASEOU:** a partir de 21/9/1971, uma lei federal igualou o rendimento de todas as contas de FGTS (optantes e não optantes), fixando a taxa de juros em 3% ao ano. No entanto, os que optaram pelo FGTS a partir dessa data com retroatividade podem requerer o mesmo direito que os optantes tinham antes da lei, ou seja, uma taxa de juros progressiva de até 6%.

**QUEM PODE AJUIZAR A AÇÃO:** todos aqueles que tenham, cumulativamente:

- ingressado no Banco do Brasil até 21/9/1971;
- optado pelo FGTS após 21/9/1971 (primeira ou segunda opção), com efeitos retroativos a 1º/1/1967 ou a data de admissão no Banco, e recebam ou tenham recebido rendimentos à taxa de 3%.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** a Caixa Econômica Federal, em razão do prazo prescricional, só realiza a recomposição com os juros progressivos do saldo existente na conta de FGTS nos 30 últimos anos que precederam o ajuizamento da ação. Por essa razão, o associado precisa ter se aposentado dentro desse período para que ainda haja saldo a ser corrigido em sua conta de FGTS.



### 1.3 PLANOS ECONÔMICOS SOBRE A DIFERENÇA JÁ RECEBIDA DE JUROS PROGRESSIVOS

**DO QUE SE TRATA:** busca reaver a diferença dos expurgos dos Planos Econômicos nas ações de Taxa de Juros, já pagas.

**EM QUE SE BASEOU:** em janeiro de 1989 e abril de 1990, os Planos Econômicos, Verão e Collor I, editados pelo governo, expurgaram índices que deveriam ter sido utilizados na correção dos saldos das contas do FGTS. Esta ação visa à correção dos saldos que passaram a existir, nesse período, para aqueles que receberam ação de Juros Progressivos, após os citados Planos Econômicos. Isto porque a Caixa Econômica Federal, ao recompor a conta do trabalhador com os juros progressivos, não aplicou os índices integrais dos Planos Verão e Collor I em seus cálculos, conforme entendimento já firmado pelos tribunais superiores e reconhecido pelo próprio governo federal.

Por representar, em geral, uma diferença significativa para os associados, a ANABB desenvolveu esta

ação específica para aqueles que já receberam o valor relativo à ação de FGTS – Juros Progressivos de 3% para 6%, sobre o qual não tenha havido a correção dos Planos Econômicos sobre o saldo gerado em razão da recomposição dos juros.

**QUEM PODE AJUIZAR A AÇÃO:** apenas os associados que tenham sido vitoriosos em ação de Juros Progressivos, por intermédio da ANABB ou não, após os Planos Econômicos Verão (janeiro de 1989) ou Collor I (abril de 1990) e que não tenham ajuizado ação de FGTS Planos Econômicos, por não terem saldo na conta de FGTS naqueles períodos. Isso porque a ação visa apenas à correção dos saldos gerados em razão da aplicação dos juros progressivos. Os que possuíam saldo em 1989/1990, precisam ajuizar ação de FGTS Planos Econômicos para requerer essa correção.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** o reconhecimento da dívida com os trabalhadores já está firmado nos tribunais superiores, acelerando o prazo de conclusão dessas ações.

## O QUE ACONTECEU COM A AÇÃO IR ABONOS SALARIAIS?

Desde 1998, a ANABB impetrou várias ações coletivas questionando a tributação incidente sobre os abonos salariais concedidos anualmente pelo Banco do Brasil entre 1997 e 2005. Os processos requeriam a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre essas verbas com o fundamento de que elas teriam caráter indenizatório, por representar a reposição de perdas impostas aos trabalhadores em períodos nos quais os salários não tiveram reajuste.

Em 2012, oito dessas ações coletivas tiveram um desfecho. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é que a verba é salarial, e não indenizatória; sendo assim, foi devida a incidência do IR. A decisão foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal, quando o recurso da Associação à Corte foi julgado improcedente por conta de o tribunal entender que não se tratava de matéria constitucional, ensejando a finalização dos processos sem êxito.

Durante os trâmites, a Justiça havia concedido o depósito em juízo do IR devido. O associado não teve perdas neste processo, visto que os valores eram recolhidos a título de Imposto de Renda e depositados em conta judicial. A verba teve de retornar à Receita Federal.

A partir da decisão que considerou os abonos de caráter salarial, a ANABB consultou escritórios de renome internacional para avaliar a viabilidade de requerer as garantias trabalhistas e os reflexos que incidem sobre verbas salariais e voltará ao assunto oportunamente, comunicando se haverá ou não uma ação judicial.





## 2. POUPANÇA PLANO VERÃO

**DO QUE SE TRATA:** são ações individuais que buscam a recomposição dos expurgos havidos nas cadernetas de poupança do Banco do Brasil, por ocasião do Plano Verão, em janeiro de 1989. Estas ações executam o direito reconhecido em favor dos poupadores na ação coletiva que o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ajuizou e já ganhou. Para os associados da ANABB, a peculiaridade desta ação judicial é ser promovida especificamente contra o Banco do Brasil.

**EM QUE SE BASEOU:** instituído pelo Decreto nº 2.284/1986, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era o índice oficial determinado pelo governo federal para reajuste das cadernetas de poupança. Em 1989, o então presidente José Sarney instituiu o Plano Verão, por meio da Medida Provisória nº 32, que mudou as regras da economia e atingiu as cadernetas de poupança. Com a MP, o governo determinou que os saldos da caderneta de poupança, em fevereiro de 1989, fossem atualizados não mais pelo IPC, e sim com base no rendimento acumulado da Letra Financeira do Tesouro. As instituições financeiras passaram a não creditar a diferença devida no percentual das cadernetas de poupança, em relação aos depósitos efetuados na primeira quinzena de janeiro. Os reajustes, que eram em média de mais de 40%, foram reduzidos para 20%.

**QUEM PODE AJUIZAR A AÇÃO:** todos os associados que possuíam caderneta de poupança no BB, em janeiro de 1989, com aniversário da poupança entre 1º e 15 do mês e que mantiveram saldo na conta até a remuneração do mês seguinte, ou seja, fevereiro de 1989. Para saber qual é o dia do aniversário de sua poupança, verifique no extrato a data de entrada dos rendimentos – juros e correção monetária ou o dia de abertura da conta no banco.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** há muito tempo, a ANABB busca a correção dessa injustiça. Em 2007, a Associação ajuizou três ações civis públicas em busca desse direito na defesa de seus associados: uma contra a Caixa Econômica Federal e outras duas contra o Banco do Brasil e a Pouplex. No entanto, a Justiça questionou, na época, a legitimidade da ANABB em relação a estas ações, pois o Estatuto da Associação não previa a defesa dos direitos dos consumidores na ocasião em que foram propostas as ações. Na tentativa de superar esse obstáculo, houve uma mudança no Estatuto da ANABB, em 2009, que incluiu entre as finalidades da entidade “prestar a defesa, de qualquer natureza, aos associados, em juízo ou fora dele, em especial aos direitos inerentes à defesa do consumidor”. Além disso, novo instrumento jurídico possibilitou que os associados da ANABB entrassem com ação reavendo as perdas de um dos planos: o Verão. Em decisão anunciada em

agosto de 2014, o Superior Tribunal de Justiça ratificou a condenação do Banco do Brasil a pagar aos clientes as diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridas em janeiro de 1989 (Plano Verão). A sentença tem abrangência nacional e independe de os poupadores fazerem parte dos quadros associativos do Idec, que ajuizou a ação civil pública, para que possam buscar o cumprimento da sentença. Esse foi o entendimento firmado pela Segunda Seção do STJ em julgamento de recurso especial solicitado pelo Banco do Brasil em execuções movidas por alguns beneficiários, que alegou o fato de a ação ter sido julgada pela 12ª Vara Cível de Brasília. Por conta disso, sustentava que a sentença teria validade limitada às contas de poupança abertas no Distrito Federal, beneficiando apenas os consumidores com domicílio na jurisdição do órgão prolator da sentença. Outro argumento foi que somente os poupadores associados ao Idec teriam legitimidade ativa para buscar o cumprimento da sentença. Durante a Sessão, o ministro Luís Felipe Salomão, relator do processo, negou provimento ao recurso do BB e foi acompanhado de forma unânime. Segundo ele, no julgamento da ação coletiva ficou definido que a decisão deveria contemplar todos os poupadores que mantinham conta no BB em janeiro de 1989, e não apenas os que residiam no Distrito Federal e eram vinculados ao Idec, e que esse entendimento foi mantido até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal.

**DESDOBRAMENTOS:** o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é que, existindo ação coletiva em que se obteve ganho de causa, como no caso do Idec, tal ação pode ser executada por qualquer pessoa que esteja nas condições descritas na decisão, sendo ela associada ou não ao Idec. Esse entendimento permitiu que a ANABB oferecesse a seus associados a execução da mencionada decisão. O escritório responsável pela execução entrou com instrumento jurídico denominado protesto interruptivo para que pudesse continuar ajuizando os pedidos de execução em favor dos associados, tendo em vista o prazo prescricional de cinco anos ter expirado, considerando-se que a decisão na ação do Idec ocorreu em outubro de 2009. Essa medida possibilitou aos associados que ainda não haviam encaminhado os documentos o fazerem até outubro de 2014, na tentativa de obter a devida correção. O direito a diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, em razão dos expurgos inflacionários decorrentes dos Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II, também está sob análise do Plenário do STF em quatro Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida – REs 626307, 591797, 631363 e 632212 – e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165. O julgamento conjunto dos processos teve início em novembro de 2013 e foi suspenso após a leitura dos relatórios e as sustentações orais das partes.



# Ações coletivas da ANABB

## 1. IR PREVI

**DO QUE SE TRATA:** objetiva desobrigar os associados aposentados de recolherem Imposto de Renda incidente sobre a complementação de aposentadoria paga pela Previ, até o valor do IR já recolhido, decorrente das contribuições que foram vertidas por participantes (ativos) e assistidos (aposentados) no período de 1º/1/1989 a 31/12/1995.

**EM QUE SE BASEOU:** com a vigência da Lei nº 7.713/1988, a partir de 1º/1/1989, as contribuições pagas à Previ por funcionários da ativa e aposentados eram tributadas, pois a lei determinava essa cobrança no momento da contribuição. Isso significava que o IR não iria incidir no momento do recebimento do benefício da aposentadoria. Com a introdução da Lei nº 9.250/1995, em janeiro de 1996, a forma de tributação foi modificada. Ou seja, as contribuições pagas à Previ passaram a ser deduzidas na base de cálculo do IR, sendo determinada sua incidência no recebimento da aposentadoria. Em consequência das mudanças de lei, ocorreu a dupla tributação sobre o complemento de aposentadoria, em razão da tributação ocorrida sobre as contribuições aportadas entre 1º/1/1989 e 31/12/1995 pelos participantes de entidades de previdência privada.

**QUEM SE HABILITA:** todos que tenham contribuído para a Previ no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1995, na condição de participante (funcionário da ativa) ou assistido (aposentado), e que, atualmente, estejam recebendo complemento de aposentadoria pago pela Previ, e recolheram IR sobre a complementação recebida da Previ. A situação dos que já estavam aposentados em 1989 não é pacífica na jurisprudência, mas a ANABB continua lutando pelo direito também destes colegas, uma vez que continuaram contribuindo mesmo após a aposentadoria. Os pensionistas/herdeiros poderão pleitear o direito apenas em nome do aposentado falecido, pois não contribuem para a Previ.

**QUEM NÃO SE HABILITA:** os associados que ingressaram na Previ após 1995; os que se aposentaram isentos do pagamento do imposto e mantiveram a isenção; os que já têm ação individual perseguindo o mesmo direito com julgamento de mérito, ainda que o pedido tenha sido julgado improcedente; e os que optaram por receber seus valores administrativamente, aderindo à Instrução Normativa (IN) nº 1.343/2013 –

aplicável somente aos que se aposentaram de 2008 a 2012. Aqueles que se aposentaram a partir de janeiro de 2013, por força da citada IN, podem ter o abatimento do imposto em folha de pagamento, efetuado pela própria Previ. Neste último caso, a ANABB solicitou a suspensão do depósito judicial para todos, exceto para os que se manifestaram pela manutenção da ação.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** desde setembro de 2012, a Previ está depositando em juízo os valores correspondentes a um terço do Imposto de Renda incidente sobre a complementação de aposentadoria, por meio da verba CP-72. A ação já obteve julgamento favorável em primeira instância, na qual foi reconhecida a prescrição quinquenal, ou seja, poderá ser buscada a devolução do imposto recolhido nos cinco anos anteriores ao ajuizamento, que ocorreu em março de 2010. Em 28 de março de 2014, o processo foi remetido à segunda instância, para reanálise da decisão pelos desembargadores. No entanto, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, seguindo entendimento do STF, determinou um prazo de 120 dias para que a ANABB junte ao processo da ação coletiva IR Previ autorizações individuais de representatividade para todos os associados que desejam participar da referida ação.

Os associados precisam ter encaminhado a devida autorização e esta deve ter sido recebida pela ANABB até o dia 2 de março de 2015, independentemente de já haverem enviado a documentação anterior (*Kit*) para fazer parte da ação coletiva na fase de liquidação. Até o fechamento desta edição, ainda faltavam ser recebidas pela ANABB milhares de autorizações. Assim, a entidade continua recebendo os documentos, mesmo após a referida data, na tentativa de beneficiar o maior número possível de associados. Para tanto, solicitou a dilação do prazo em juízo, que poderá ou não ser acolhida pelo tribunal. Importante salientar que somente os associados que encaminharem a autorização de representatividade permanecerão no processo e poderão executar a decisão final, se favorável.



## 2. DESAPOSENTAÇÃO

**DO QUE SE TRATA:** mandado de segurança coletivo que pretende garantir aos associados da ANABB o direito de obter a concessão de aposentadoria mais vantajosa, tendo em vista o retorno ao trabalho e a continuidade no recolhimento das contribuições ao INSS da mesma forma como os demais trabalhadores. Esta concessão estaria condicionada à renúncia da aposentadoria anterior à apresentação documental de seus requisitos, independentemente de já ter exercido seu direito à aposentadoria proporcional. A ação também defende que não existe necessidade de devolução dos valores recebidos anteriormente, por se tratar de verba alimentar. Esta questão está sendo analisada pelo STF. No STJ, pacificou-se o entendimento da desnecessidade de devolução dos valores.

**EM QUE SE BASEOU:** os aposentados que continuam trabalhando ou retornam ao mercado de trabalho recebem o benefício previdenciário, mas permanecem contribuindo para o INSS sobre seu salário. No entanto, essas contribuições são efetuadas para custeio da seguridade social e não retornam ao aposentado para melhoria de seu benefício.

**QUEM SE HABILITA:** associados que se aposentaram de maneira proporcional pelo INSS e que continuaram trabalhando ou retornaram ao trabalho, recolhendo novamente contribuições para a Previdência oficial.

**QUEM NÃO SE HABILITA:** aqueles que se aposentaram de forma integral pelo INSS ou que não continuaram/voltaram a trabalhar após a aposentadoria.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** a ação foi distribuída para a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal em outubro de 2010. O pedido foi indeferido. O processo recebeu sentença de mérito denegando a segurança pretendida, fundamentada na ausência de comprovação de justo receio que ampare a impropriedade do mandado de segurança. Em virtude da decisão, a parte autora interpôs recurso de apelação, o qual se encontra no TRF para nova apreciação.

### **TRAMITAÇÕES SOBRE O ASSUNTO NO EXECUTIVO E NO JUDICIÁRIO:**

o Plenário do Supremo Tribunal Federal está analisando os Recursos Extraordinários 661256 e 381367, nos quais se discute a validade jurídica do instituto da desaposentação. Atualmente, ambos estão com pedido de vista da ministra Rosa Weber. Caso os REs sejam aprovados, a decisão servirá de modelo para os demais processos semelhantes, adotando o efeito *erga omnes*, ou seja, beneficiará todos os aposentados que fizerem a solicitação, abrindo precedentes para que ações da espécie sejam reconhecidas pelos tribunais. Há também o Projeto de Lei nº 2.682/2007, em tramitação na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Cleber Verde (PRB/MA), que aborda o tema da desaposentação e que foi arquivado. No início deste ano, a mesa diretora da Câmara solicitou seu desarquivamento. Tramita ainda na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 2.567/2011, que tem origem no Projeto de Lei do Senado nº 72/2011, de autoria do ex-senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), e que trata sobre a ampliação dos benefícios previdenciários devidos aos aposentados que retornam ao trabalho. A proposição que corre na Câmara já foi aprovada no Senado e conta com mais 18 projetos apensados (anexados) que tratam do mesmo tema. Atualmente, o PL está na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados e, se aprovado nesta, passará pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) dessa casa. Se receber aprovação no Congresso Nacional, ainda dependerá da sanção presidencial para que se torne lei e valha para todos os aposentados brasileiros. No Senado Federal, o Projeto de Lei nº 91/2010, de autoria do senador Paulo Paim, que trata sobre o tema, tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Desde 18/12/2014, o PL aguarda apreciação do requerimento do senador Acir Gurgacz (PDT/RO) para desmembrar os projetos de leis nele incluídos.



# 3. IR PAQ

**DO QUE SE TRATA:** a ANABB entrou com mandado de Segurança coletivo, pleiteando a isenção do Imposto de Renda sobre as vantagens e os incentivos pagos aos empregados do Banco do Brasil, inclusive o resgate das contribuições efetuadas à Previ, por ocasião da adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) prevista no Plano de Adequação dos Quadros (PAQ). A liminar, obtida em 9/5/2000, garantiu o depósito em juízo do valor em questão para os associados que se desligaram pelo PAQ.

**EM QUE SE BASEOU:** as verbas recebidas, quando da adesão ao programa de desligamento voluntário, possuem natureza indenizatória sobre as quais não deve incidir Imposto de Renda. Isso porque expressam aquilo que o trabalhador receberia caso permanesse empregado, tratando-se de mera ajuda de custo concedida pelo empregador para prover a subsistência do demissionário até que este retome atividade remunerada.

**QUEM SE HABILITA:** associados que se desligaram do BB pelo Plano de Adequação de Quadros e que tiveram valores de Imposto de Renda depositados em juízo a partir de maio de 2000, quando foi concedida a liminar no mandado de segurança coletivo.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** o pedido foi julgado procedente em primeira Instância. A Fazenda apelou da decisão e teve o pedido parcialmente provido, limitando a isenção sobre o resgate da Previ ao valor correspondente ao IR pago sobre as contribuições pessoais de 1989 a 1995. Houve recursos aos tribunais superiores. O processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça em 6/12/2013 e foi remetido à vara de origem para execução, fase em que serão determinados pelo Judiciário os procedimentos necessários para liberação dos valores depositados em juízo aos beneficiários. Saldo: R\$ 33.617.152,45 em julho de 2012.

## SAIBA MAIS SOBRE O TRÂMITE E A CELERIDADE DOS PROCESSOS

Por considerarem as ações judiciais um dos principais serviços oferecidos pela ANABB, os associados sempre solicitam esclarecimentos a respeito do andamento dos processos na Justiça.

Em geral, as decisões uniformes e reiteradas dos tribunais dão maior segurança quanto ao destino das ações em curso, pois, via de regra, os juízes entendem que situações semelhantes devem ser decididas da mesma maneira. Todavia, muitos associados acreditam que a existência de jurisprudência pode levar a resolução imediata das questões submetidas ao Judiciário, o que não condiz com a realidade.

Isso porque existem muitos fatores que acabam dificultando o andamento mais célere das ações, visto que, mesmo nestes casos, em que já há posicionamento definido pela Justiça, todos os processos em curso estão sujeitos a previsões legais de processamento das ações e não há como suprimir etapas.

Isso significa que cada processo leva um tempo diferente para ser julgado e liquidado, dependendo de questões como morosidade de certas varas, volume de processos, recursos interpostos e atuação de juízes, ministros e serventuários da Justiça, que possuem prazos impróprios e que não acarretam sanção pelo descumprimento. Já os advogados, são obrigados a observar os prazos próprios definidos pela legislação processual, pois sofrem sanção pelo não cumprimento.

A boa notícia é que a ANABB está atenta a essas questões e os advogados vêm se esforçando para acelerar o atendimento das determinações judiciais e, consequentemente, levar o processo a uma liquidação mais rápida.

Já foi aprovada pela Diretoria da ANABB, a instalação de uma linha 0800 em que os associados poderão obter informações sobre seus processos conduzidos pela Associação.



# 4. IR VENDAS

**DO QUE SE TRATA:** a ANABB impetrou mandado de segurança coletivo em favor de seus associados, questionando a tributação incidente sobre a conversão/venda de férias, licenças-prêmio e abonos. A partir de 5/9/1995, o Imposto de Renda sobre essas verbas passou a ser depositado em juízo pelo Banco do Brasil por força da liminar obtida pela ANABB. O julgamento favorável garantiu aos funcionários a devolução desses valores, em agosto de 1999 (90%) e em março de 2000 (10%), por meio de crédito efetuado pelo BB diretamente na conta dos beneficiários. O valor nominal disponibilizado para os associados foi de R\$ 247.326.475,90.

**EM QUE SE BASEOU:** ao deixar de usufruir seus benefícios de férias, licenças-prêmio e abonos, o valor recebido pelo funcionário possui caráter indenizatório, pois constitui reparação ao dano sofrido pelo empregado que não pôde gozá-los no momento oportuno. Assim, tais valores não podem ser tributados por não caracterizarem remuneração do empregado. A conquista da ANABB serviu de referência para que,

apenas em 2009, a Receita Federal reconhecesse o direito aos trabalhadores e publicasse a Instrução Normativa nº 936, proibindo a retenção do imposto sobre os dias de férias vendidos e determinando a devolução do IR cobrado sobre a venda nos cinco anos anteriores.

**QUEM SE HABILITA:** a ação não admite mais adesões.

**QUEM FOI BENEFICIADO:** funcionários da ativa associados da ANABB que efetuaram venda de férias, licenças-prêmio e abonos a partir de 5/9/1995, data em que foi concedida a liminar para que o valor do imposto fosse depositado em juízo.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** com o resultado favorável do processo, os valores retidos em juízo desde 1995 foram restituídos e, a partir de 1999, os funcionários do BB deixaram de pagar imposto sobre essas conversões. Existe saldo residual depositado em conta judicial na Caixa Econômica Federal, referente aos beneficiários para os quais o BB não conseguiu efetuar o crédito em conta-corrente.

## PREFERÊNCIA PARA IDOSOS

Vale ressaltar que, de acordo com a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, as pessoas com mais de 60 anos têm prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figurem como parte ou interveniente, em qualquer instância. Também os portadores de doenças graves possuem esse direito. Assim, quando deferida a preferência no trâmite processual, os serventuários estampam nos processos uma tarja indicando prioridade no andamento.

Tal medida visa promover trâmite mais célere, porém não implica supressão dos procedimentos determinados em lei para que haja a liquidação dos processos. O processo com tramitação preferencial também entra em uma fila específica, um pouco menor.

Ocorre como nos bancos, em que há a fila dos atendimentos preferenciais e a fila normal. No entanto, assim como no banco, o fato da pessoa estar na fila preferencial não significa que ela será atendida antes de uma outra que entrou junto com ela no banco, mas dirigiu-se à fila normal.



# 5. CORREÇÃO DO FGTS PELO INPC/IPCA X TR

**DO QUE SE TRATA:** busca corrigir de forma justa os índices econômicos aplicados sobre as contas vinculadas ao FGTS.

**EM QUE SE BASEOU:** a Taxa Referencial (TR) é utilizada, desde 1991, como índice oficial para corrigir as contas do FGTS. Contudo, desde 1999, tudo o que foi corrigido pela TR ficou abaixo do índice oficial de inflação. Ou seja, o governo federal deixou de aplicar a devida correção, conforme os números da inflação oficial anual. A partir de então (1999), o dinheiro do trabalhador depositado no FGTS vem ficando defasado, pois a TR começou a ser reduzida, gradativamente, até que, em setembro de 2012, chegou a zero, oportunidade em que o dinheiro do trabalhador que está depositado no FGTS passou a ser remunerado apenas pelos juros de 3% ao ano, ou seja, muito inferior à inflação oficial. Há dez anos, a TR corrigia os saldos do FGTS em mais de 4,5% ao ano. Depois que o Banco Central do Brasil (Bacen) reduziu a taxa básica para 8% ao ano, em 11/7/2012, o indicador só ficou positivo durante alguns dias. A partir do dia 7/8/2012, entretanto, a TR não saiu mais do zero, permanecendo nesse patamar durante dez meses.

**QUEM SE HABILITA:** a ação é cabível para todos os associados da ANABB que tiveram depósitos no FGTS a partir de 1999 e que estejam em dia com as mensalidades. Deve-se ressaltar que a tese pede a correção a partir de 1999, ou seja, antes disso não há enquadramento na ação. Por se tratar de ação coletiva, a ANABB atuará no processo como substituta processual, defendendo em nome próprio o direito de todos os associados.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** em 25/2/2014, o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Recurso Especial n.º 1.381.683/PE, determinou a suspensão de todas as ações que tenham a finalidade de corrigir o saldo do FGTS. A suspensão vale para todo o Brasil. A ANABB continuou trabalhando no caso e, em novembro de 2014, o ministro aceitou a intervenção da Associação no Re-

curso Especial na figura do *Amicus Curiae* (ou Amigo da Corte). Para o ministro do STJ, a ANABB possui representatividade em todo o território nacional e pode prestar informações importantes às futuras decisões. Por outro lado, o deferimento da ANABB, como parte interessada no processo, possibilita que a entidade possa utilizar vários instrumentos legais para mostrar os fundamentos ao acolhimento do pedido de revisão do FGTS, entre eles a apresentação de memoriais e a realização de sustentações orais. Para intervir no Recurso Especial, a ANABB contratou um dos mais respeitados advogados do Brasil, o Dr. Nabor Bulhões. O resultado desse trabalho é que a ANABB passou a ser reconhecida pelo STJ como entidade legítima para representar os associados no processo e pode dar contribuição importante aos trabalhadores brasileiros. Quando o STJ analisar o mérito do Recurso Especial, definirá se é devida ou não a revisão do FGTS a partir de 1999. Essa decisão valerá para os processos que foram suspensos e para todos os outros que forem ajuizados posteriormente. A ANABB aguarda essa decisão para ingressar com ação coletiva em favor de seus associados.

**NOVAS ENTIDADES:** o processo que trata da aplicação do INPC em vez da Taxa Referencial na correção do FGTS envolvia inicialmente o SindiPetro – PE/PB e a Caixa Econômica Federal. No entanto, hoje existem instituições de peso preocupadas com o assunto. De um lado, está a CEF, que é contrária a uma eventual correção dos saldos do fundo. Nessa mesma posição, encontram-se a União – que entrou como assistente de defesa da CEF – e o Bacen. Entre as entidades que pleiteiam a correção do FGTS, estão a Federação Nacional dos Portuários (FNP), a Associação dos Funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (AFBNDES), a ANABB e a Defensoria Pública. O STJ deu o efeito “repetitivo” ao Recurso Especial n.º 1.381.683, de forma que a decisão final do STJ se repetirá em todas as outras ações que tratem da correção do FGTS pelo INPC/IPCA em vez da TR. Essa é a razão da abrangência e da relevância desse processo.





## 6. IR QUILOMETRAGEM

**DO QUE SE TRATA:** a ação tratou da suspensão da incidência de Imposto de Renda sobre o valor ressarcido pelo BB, quando da utilização, em serviço, de carro próprio.

**EM QUE SE BASEOU:** a ação representa grande conquista para os associados da ANABB e para os funcionários do Banco do Brasil. A ANABB entrou com o Mandado de Segurança nº 199934000292890 para requerer a isenção de Imposto de Renda sobre a verba de ressarcimento de despesas por utilização de carro próprio em serviço. Em outubro de 1999, a Justiça concedeu liminar com decisão favorável que determinou depósito em juízo do imposto incidente sobre a verba de quilometragem. Em 18/12/2000, o pedido foi julgado procedente em parte. O Tribunal Regional Federal não admitiu o recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, que agravou dessa decisão e obteve êxito. Em 4/2/2009, foi publicado o acórdão no Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo o direito dos associados à restituição do imposto cobrado indevidamente. O processo foi baixado definitivamente à Seção Judiciária do Distrito Federal para providências necessárias à liberação dos valores do depósito judicial. Com a vitória da Associação, foram liberados, em março de 2010, mais de R\$ 94 milhões a 35 mil associados. Ainda existem colegas que não efetuaram o pagamento dos honorários de 10% para o advogado.

**QUEM FOI BENEFICIADO:** os funcionários da ativa associados da ANABB que fizeram utilização de veículo a serviço do Banco, após a concessão da liminar em outubro de 1999.

**DESDOBRAMENTOS:** após estudos, a ANABB está analisando uma tese na tentativa de ampliar o rol de beneficiados, oferecendo a possibilidade de aqueles funcionários do Banco do Brasil que não foram al-

cançados com a ação de IR Quilometragem – porque à época, não eram sócios da entidade – terem a oportunidade de receber o mesmo benefício, considerando a existência de sentença favorável, obtida pelo mandado de segurança coletivo.

**SITUAÇÃO ATUAL DA AÇÃO:** ainda existem centenas de associados – e herdeiros – que não resgataram junto à Caixa Econômica Federal os valores a que têm direito referentes à ação IR Quilometragem. Se você é um deles, faça valer seu direito e não perca esse benefício. Para sacar o dinheiro, basta seguir as orientações fornecidas pela Caixa Econômica Federal: os beneficiários devem se dirigir a qualquer agência da CEF, portando RG, CPF e comprovante de residência – original e cópia –, para solicitar o pagamento dos valores disponibilizados em contas poupanças em novembro de 2010 e liberados em março de 2011, conforme determinação judicial. Caso a agência da CEF da região do associado não tenha conhecimento do procedimento a ser adotado para liberação dos valores, é preciso solicitar ao funcionário que consulte a Circular Interna CE SUA-TD 009/2011 – 15/2/11. Persistindo o problema, o funcionário da agência local deverá entrar em contato com a agência da CEF da Justiça Federal, em Brasília (nº 0975-0), responsável pela abertura das poupanças e pela liberação dos valores, a fim de obter as orientações necessárias. Se o associado tiver alguma dificuldade, deve entrar em contato com a ANABB pelo telefone (61) 3442 9696. Só possui depósito judicial quem era associado da ANABB e utilizava carro próprio em serviço para o Banco do Brasil, após a concessão da liminar.

**Ainda existem centenas de associados – e herdeiros – que não resgataram junto à Caixa os valores a que têm direito referentes a ação**



# ASSOCIADOS PODEM CONTAR COM SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA NAS QUESTÕES PARTICULARES

Para informações sobre questões relacionadas aos processos ajuizados pela ANABB, o associado deve entrar em contato diretamente com a Associação, na Central de Atendimento (61) 3442 9696.

Atendimento: 0800 023 1542  
Para outros contatos: (21) 3553 4760  
[anabb@hugojerke.com.br](mailto:anabb@hugojerke.com.br)  
Segunda a sexta, 14h a 18h

Desde março de 2014, a ANABB oferece o serviço de Orientação Jurídica aos associados. Temas particulares ligados ao dia a dia podem ser esclarecidos no canal de comunicação criado para tirar dúvidas sobre direito previdenciário, do consumidor, tributário, entre outros. O principal objetivo é fornecer informações capazes de resolver situações de conflito que exijam atendimento jurídico, bem como sanar dúvidas na área. Os sócios da entidade podem fazer uso desse serviço não somente quando tiverem problemas judiciais, mas também quando precisarem escolher opções que lhes sejam mais benéficas. Os esclarecimentos não ficam restritos ao Banco do Brasil, à Cassi ou à Previ, podendo englobar outras questões que aflijam o associado. O atendimento é prestado por um grupo de advogados devidamente habilitados, especializados em cada área do Direito que é ofertada.





# ENTRE AS FINANÇAS E AS ARTES

**Celso Albano Costa, de 86 anos, é aposentado do Banco do Brasil e vê a arte como parte de sua vida**

*Por Josiane Borges*

“A arte é o melhor antidepressivo que existe”, dizia o dramaturgo Domingos de Oliveira. Do ponto de vista psicológico, descobriu-se que, ao se dedicar a uma atividade criadora e artística, a pessoa melhora sua autoestima, diminui seu nível de angústia, estresse e ansiedade, que a possibilita lidar de forma mais saudável e equilibrada com as dificuldades com que se depara no dia a dia.

É assim que o aposentado do Banco do Brasil e curador Celso Albano Costa, de 86 anos, vê a arte em sua vida. O sócio-fundador da ANABB é um grande defensor e entusiasta da arte. Durante os 31 anos de trabalho no BB, o convívio do ex-funcionário com artistas nas cidades pelas quais passou foi um combustível para sua entrada no mercado das Artes.

“Sempre tive gosto pela arte. Quando trabalhei na agência de São Félix e em Salvador, na Bahia, conheci e convivi com diversos artistas locais. O mesmo aconteceu quando fui transferido para o Rio de Janeiro e para as outras cidades em que trabalhei. Então, tive contato com vários artistas plásticos do país. Em 1971, quando me mudei para Brasília, oferecia consultoria para colecionadores sobre obras relevantes e onde comprá-las. Em 1986, quando me aposentei do BB, resolvi montar meu próprio negócio. A arte é minha vida e melhor que qualquer psicólogo”, conta Albano.

Albano tomou posse no Banco do Brasil em 12 de outubro de 1955, na agência de Feira de Santana, na Bahia. Quatro anos depois, foi transferido para a agência de São Félix e, em seguida, para a agência Centro em Salvador, permanecendo nela até 1966. Dois anos

depois, foi transferido para o Rio de Janeiro e passou a chefiar a Divisão de Treinamento, na Diretoria-Geral. No BB, o bancário ainda exerceu a função de gerente financeiro na Diretoria de Finanças e foi, por nove anos, membro do Conselho de Administração. Albano foi também chefe do Departamento Geral do Funcionalismo, durante quatro anos, período em que foi considerado um agregador do funcionalismo. “Nessa época, havia uma filosofia para aproximar as agências da Diretoria-Geral do BB. Foi um período em que procurei levar os colegas das agências para conhecer a Diretoria-Geral. Tínhamos essa abertura”, relata.

Fora do BB, o bancário foi cedido pelo Banco para exercer outros cargos relevantes, como assessor da Interventoria Federal em Santos (SP), presidente do Banco Regional de Brasília, atual Banco de Brasília, e secretário de Finanças do governo do Distrito Federal.

Um momento marcante durante a carreira do aposentado foi ter sido convidado para participar da mesa-redonda da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, onde apresentou trabalho sobre o tema “Introdução de Tecnologia em Países em Desenvolvimento”.

O aposentado é formado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-graduação em Administração de Empresas pela UFBA e mestrado em Administração pela Michigan State University, nos Estados Unidos.

Casado há 31 anos com Zenaide Lago Costa, Albano constituiu uma bela família com quatro filhos, oito netos e três bisnetos. ■



# A ÁGUA EM DEBATE

**O baixo nível de água dos reservatórios brasileiros, associado à falta de chuvas, tem colocado o país em alerta. Enquanto governo e entidades esforçam-se para reduzir os efeitos negativos da crise, a sociedade busca fazer sua parte com pequenas atitudes voltadas para o consumo racional**

*Por Elder Ferreira*

Imagine abrir uma torneira de sua casa pela manhã e não encontrar água para suprir as necessidades básicas, ou ainda ter de conviver com constantes faltas de energia e rodízios de abastecimento. Com o agravamento da crise hídrica, essas situações hipotéticas passaram a preocupar muita gente nos últimos meses. O baixo nível de água dos reservatórios brasileiros, associado à falta de chuvas, tem colocado o país em alerta. A pauta mobiliza governo, entidades e estudiosos do assunto, a fim de buscar soluções para reduzir os efeitos negativos do que, para muitos, já é considerada a maior crise hídrica da história do país.

Para o professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Recursos Hídricos, Sergio Koide, ainda não houve apagão generalizado devido aos investimentos no setor de energia, porém um novo blecaute não está descartado. “No fim da década

de 2000, houve uma situação semelhante a que estamos passando agora, apesar de menos crítica. A lição do ocorrido deveria ter sido levada a sério no planejamento e na gestão dos recursos hídricos e, em parte, isso ocorreu. No setor de energia elétrica, houve planejamento e financiamento para construção de muitas hidrelétricas, inclusive algumas de grande porte nos rios Madeira e Xingu. No entanto, houve considerável atraso em diversas hidrelétricas e obras complementares, por várias razões. De qualquer forma, ainda não houve apagão generalizado devido a esses investimentos e planejamentos, apesar dos problemas ocorridos. Se a seca persistir, poderemos ter um novo apagão”, ressalta.

Diante desse cenário, é possível encontrar na sociedade, inclusive em estados menos afetados pela crise hídrica, pessoas conscientes quanto à importância do uso racional da água. Um bom exemplo vem da cidade de Fraiburgo (SC), onde o associado da ANABB Juvenal Figueiredo iniciou o cultivo, em área urbana, de mais de 40 mil mudas nativas com uso de captação da água da chuva. Com essa pequena ação, o associado consegue economizar na conta de água e ao mesmo tempo contribui com a natureza, utilizando o recurso hídrico de forma consciente.

Em meio a espécies como carvalho brasileiro, cedro rosa, imbuia, pitanga, cerejeira, guabiroba, entre outras, Juvenal destaca o que considera de suma importância nessa atividade. “O cultivo de algumas dessas espécies faz-se necessário, mas considero todas, sem exceção, de grande importância para reflorestar áreas de nascentes, entorno de rios e todos os lugares possíveis”, ressalta com entusiasmo.

*Associado faz cultivo de plantas para o reflorestamento de áreas de nascentes*



A carência de vegetação nativa à beira de nascentes e mananciais é apontada por especialistas como uma das grandes causas da seca que atinge principalmente a região Sudeste. O reflorestamento dessas áreas, em diversas regiões do Brasil, garantirá mais água nos reservatórios, mesmo nos períodos de longas estiagens. Isso porque rios e córregos que abastecem os mananciais estarão protegidos. Nesse contexto, a ação do bancário tem sido de grande importância em meio à crise hídrica que atravessa boa parte do país.

Com a expansão do número de plantas para 60 mil, Juvenal resolveu mudar o viveiro para uma área rural, próximo a um riacho, mas sem deixar o pensamento ecologicamente correto de lado. “Além da água da chuva, eu também coletei água do riacho para a irrigação do viveiro, por meio de um sistema de canos e sem utilização de energia elétrica.”

Pequenas atitudes voltadas para o consumo racional da água também fazem parte da rotina da psicóloga clínica Maria Anísia, de 59 anos. “Procuro fazer minha parte em casa, reaproveito a água da máquina de lavar e a utilizo para limpar tapetes, carros e áreas externas e para regar grama”, destaca a moradora de Brasília, que também evita deixar a torneira aberta ao escovar os dentes, lavar a louça e as mãos.

No ano em que o tema central do Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março, é “A Água e o Desenvolvimento Sustentável”, pequenas atitudes como as de Juvenal e Maria Anísia podem fazer toda a diferença no fim do mês. Além de economizar nas contas, eles estão colaborando para o equilíbrio da natureza. ■■

### CRISE MUNDIAL

A crise de abastecimento que afeta o Brasil não é “privilégio” apenas nacional, mas sim uma questão mundial. O tema tem chamado atenção da comunidade internacional. Durante o Fórum Mundial Econômico, realizado em janeiro deste ano, pesquisa feita com 900 executivos e especialistas revelou que a “crise da água” é o item que pode gerar maior impacto no mundo em 2015. Essa foi a segunda vez, desde 2007, que a economia não aparece como principal risco para o Planeta.

Os números endossam essa preocupação. Atualmente, 768 milhões de pessoas não têm nenhum acesso à água tratada e 3,5 bilhões não recebem abastecimento de água satisfatório. O panorama mundial, de acordo com estudos recentes, também indica que 50 países enfrentarão crise no abastecimento até 2050.

Nesse contexto, o uso racional da água torna-se, sobretudo, um ato de civilidade e de contribuição com a natureza.

Com pequenas atitudes, é possível contribuir com a natureza. Confira!

### NO BANHEIRO

- Mantenha a torneira fechada enquanto escova os dentes. Você economizará de 12 a 80 litros, em casa ou apartamento, respectivamente.
- Não tome banhos demorados.
- Descarga consome muita água. Não a use à toa.
- Não utilize a bacia sanitária como lixeira, jogando papel higiênico, cigarro, etc. Consome-se de 6 a 10 litros de água ao acionar a válvula de descarga por seis segundos.

### NA COZINHA

- Encha a pia com água e detergente até a metade e coloque a louça. Deixe-a de molho por uns minutos, ensaboe e enxágue-a.
- Só ligue a máquina de lavar louça quando estiver com capacidade total.

### NA LAVANDERIA

- Deixe a roupa acumular e lave tudo de uma só vez.
- No tanque, feche a torneira enquanto ensaboa e esfrega a roupa.
- Utilize a máquina de lavar somente quando estiver na capacidade total. Uma lavadora de cinco quilos consome 135 litros de água a cada uso.

### NO JARDIM, NO QUINTAL E NA CALÇADA

- Não lave o carro com mangueira. Use balde e pano.
- Não use a mangueira para limpar a calçada, e sim uma vassoura.
- Usar a mangueira como “vassoura” durante 15 minutos pode desperdiçar cerca de 280 litros de água.
- Regue as plantas pela manhã ou à noite para evitar o desperdício causado pela evaporação.

Fonte: Sabesp.



## ENCARTE JURÍDICO

Quer saber tudo sobre as principais ações judiciais da ANABB? Não deixe de conferir a publicação que está encartada nesta edição do jornal Ação. A Associação preparou um material completo com informações detalhadas sobre o andamento das ações individuais e coletivas conduzidas pela entidade. E a ANABB reserva uma boa notícia para 2015. Segundo a vice-presidente de Relações Funcionais, existem diversas outras propostas de ações judiciais em análise. “Por exemplo: não incidência de INSS sobre diversas verbas; entre elas, férias e 1/3 constitucional de férias; não incidência de IR sobre férias usufruídas, Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA), utilização do FGTS para amortização e liquidação dos financiamentos imobiliários junto a Previ/Carim, entre outras. Desta maneira, neste ano de 2015, teremos novas opções de ações para ofertar aos associados”, ressalta Tereza Godoy.



## MARÇO É O MÊS DA MULHER BB TALENTO

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, a ANABB realizou a campanha “Mulher BB Talento”. O objetivo foi homenagear as mulheres, em especial as associadas da ANABB, e mostrar o quão importantes elas são para os colegas, para o trabalho e principalmente para o Banco do Brasil. A campanha consistiu na indicação de uma funcionária do BB (aposentada ou da ativa) que tenha se destacado por características como dedicação, simpatia, garra, competência, habilidade e profissionalismo. As fotos das candidatas foram disponibilizadas na *fanpage* da ANABB no dia 9 de março. A mulher que teve a foto mais curtida ganhou o título de “Mulher BB Talento” e um iPad mini 16 GB 3G Wi-Fi branco. Acesse o *site* da ANABB ([www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br)) e saiba mais sobre a campanha.



## O IMPASSE DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR NO BB

O Banco do Brasil encontra-se diante de um impasse. No início de fevereiro, o Banco foi alvo de decisão judicial que condena as seleções internas – aquelas que promovem funcionários escriturários a cargos que exigem conhecimentos específicos de graduados. A decisão obriga a realização de concurso público para os cargos de nível superior. Atualmente, 66% dos candidatos inscritos para o novo concurso do Banco declararam ter graduação ou estar cursando nível superior. Ao julgar a ação civil pública, de autoria do Ministério Público do Trabalho, a juíza Patrícia Soares de Barros, da 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, afirmou que o princípio da ampla acessibilidade aos cargos dentro do BB é quebrado, já que uma pessoa habilitada para o cargo de nível superior fica impedida de concorrer diretamente à vaga desejada. Na decisão, que tem efeito retroativo a outubro de 1988, a juíza considerou ainda inconstitucional a ocupação dos atuais escriturários em funções de nível superior e concedeu seis meses para que eles retornem a seus postos de origem. O Banco ainda terá de pagar R\$ 5 milhões por dano moral coletivo. O BB afirmou que irá recorrer da decisão.

Foto: Eduardo Tadeu



Da esquerda para a direita: Reinaldo Fujimoto, Fernando Amaral, Tereza Godoy, Rafael Matos, Juliana Publio, Sérgio Riede e Douglas Scoretégagna

## ELEIÇÃO CAREF 2015

Em comunicado preliminar divulgado no dia 9 de março pela Comissão Eleitoral, Juliana Publio foi a eleita para ocupar o cargo de representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil. Ela venceu o candidato Rafael Matos, que buscava reeleição ao cargo. Juliana obteve 27.196 votos, enquanto Rafael angariou 20.565 sufrágios. A ANABB teve participação ativa no processo e continuou com o compromisso de promover ampla discussão entre os associados sobre os processos eleitorais de interesse do funcionalismo. No primeiro turno, a ANABB disponibilizou espaço no site para que os candidatos pudessem divulgar seus currículos. Já no segundo turno, a Associação promoveu, no dia 25 de fevereiro, debate com transmissão ao vivo pela internet com os dois candidatos concorrentes. Rafael Matos e Juliana Publio responderam a uma série de perguntas enviadas pelos associados da ANABB.

## COOP-ANABB REALIZA ELEIÇÃO PARA DELEGADO

A Cooperativa Habitacional ANABB (COOP-ANABB) realizou, entre os dias 11 e 17 de fevereiro, eleição para escolha dos membros da Assembleia de Delegados da Cooperativa. A ANABB ficou entre os 15 cooperados eleitos, depois de ter obtido na justiça o direito de concorrer ao cargo de membro da Assembleia de Delegados da Cooperativa. Dessa forma, a ANABB passa a ter acesso a informações econômicas, financeiras e administrativas da empresa, podendo melhor avaliar seus riscos, como credora, fiadora e entidade responsável pela gestão da marca ANABB. O processo eleitoral contou com cerca de 220 eleitores em um universo de 3.300 cooperados. A posse dos eleitos está marcada para 31 de março e o mandato será até março de 2019. Os delegados eleitos da COOP-ANABB têm como atribuição deliberar sobre contas da cooperativa, relatório da Diretoria, balanço geral e parecer do Conselho Fiscal. Também são responsáveis por eleger os integrantes do Conselho de Administração, além de discutir acerca das sobras apuradas, entre outras responsabilidades. Assim como nos demais processos eleitorais de entidades do funcionalismo, a ANABB abriu espaço no site institucional para que os participantes pudessem expor suas opiniões e propostas para a cooperativa aos cooperados. Acesse a página [www.anabb.org.br](http://www.anabb.org.br) e veja os cooperados eleitos.

## CASSI E PREVI TÊM NOVOS PRESIDENTES

Gueitiro Matsuo Genso foi nomeado, no dia 19 de fevereiro, como o novo presidente da Previ. Funcionário de carreira do Banco do Brasil desde 1985, atualmente exercia a função de diretor de Clientes Pessoa Física do BB. Considerado um gestor com perfil técnico, Genso tem 43 anos, especializou-se em Administração Financeira com ênfase em finanças para gerência pela Fundação Getúlio Vargas. Já o novo presidente da Cassi, Sérgio Lunes Brito, assumiu o cargo no dia 3 de março, em posse realizada em Brasília. É funcionário de carreira do Banco há 28 anos e estava à frente do Economus, plano de saúde dos ex-funcionários do Banco Nossa Caixa, instituição adquirida pelo BB em 2009. Brito é administrador de empresas, pós-graduado em Gestão de Negócios e Tecnologia, com MBA para Altos Executivos e MBA em Gestão de Pessoas. Já foi conselheiro fiscal e deliberativo da Caixa de Assistência entre 2008 e 2012 e gerente executivo da Diretoria de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas do BB.





## II ENCONTRO NACIONAL DOS DIRETORES REGIONAIS

Foi realizado, na sede da ANABB em Brasília, nos dias 5 e 6 de março, o II Encontro Nacional dos Diretores Regionais (Diregs) da Associação. Entre os assuntos debatidos estavam atuação dos Diregs, sustentabilidade da Cassi, condições de trabalho no Banco do Brasil, condições da Previ, eleições para representantes de agências, Seminários ANABB 2015, a ser realizado em maio, entre outros temas relevantes para o funcionalismo e para a ANABB. Durante o evento, foi apresentado o resultado da pesquisa “Quem são os funcionários do Banco do Brasil?”, realizada pela ANABB em 2014 (ver matéria na página 4). Este estudo irá direcionar a atuação da Entidade durante este ano.

## TERCEIRIZAÇÃO: A POLÊMICA EM TORNO DO PROJETO DE LEI

A terceirização voltou a ganhar força no cenário nacional. O Projeto de Lei (PL) nº 4.330/2004 foi desarquivado pela Câmara dos Deputados e está pronto para pauta no Plenário, dependendo apenas da decisão dos líderes do colegiado para entrar na ordem do dia. O PL divide opiniões entre empresários, entidades e centrais sindicais. Na avaliação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), por exemplo, “a terceirização é um fenômeno irreversível, reflexo da divisão do trabalho moderno em um contexto produtivo globalizado”. Por outro lado, as centrais sindicais defendem que o projeto torna precárias as relações de trabalho e que os trabalhadores serão prejudicados, representando retrocesso para a categoria bancária. Entre as queixas mais recorrentes daqueles que trabalham como terceirizados estão a falta de pagamento de direitos trabalhistas e os casos de empresas que fecham antes de quitar débitos com trabalhadores. Para os sindicatos, a proposta atinge todos os trabalhadores sem exceção, com maior foco na atividade bancária. No caso dos bancos, há temor de que, com a aprovação do PL nº 4.330/2004, funções antes realizadas somente por bancários passem a ser feitas por trabalhadores não bancários.

## PROJETOS DO IVC SÃO INSCRITOS EM PRÊMIOS DA ESPANHA

O Instituto VIVA CIDADANIA está concorrendo, por meio de dois projetos, a prêmios internacionais, lançados pela Fundação Mapfre, da Espanha. Os projetos inscritos foram o conhecido “Elevador para Piscina”, destinado à pessoas portadoras de deficiências e concretizado pelo Centro de Reabilitação São João Batista (Educandário), de Porto Alegre (RS), e a trajetória de vida profissional do senhor Oswaldo Guilherme Roberto Gebler, grande doador e colaborador do Instituto. Os projetos vencedores receberão como premiação a importância de 30 mil euros, o que equivale, hoje, a cerca de R\$ 100 mil. A Fundação Mapfre é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1975, cujo principal objetivo é contribuir para o bem-estar dos cidadãos e da sociedade. Ela promove, anualmente, prêmios internacionais como forma de reconhecimento a pessoas ou instituições que realizaram ações excepcionais em benefício da sociedade nos âmbitos científico, cultural e social.

## DANÇA DAS CADEIRAS NO BB

Pelo menos seis cargos executivos sofreram modificações no Banco do Brasil em fevereiro. O Conselho de Administração do BB elegeram Raul Francisco Moreira para o cargo de vice-presidente de Negócios de Varejo e José Maurício Pereira Coelho para o de vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores. As nomeações ocorreram por conta da escolha de Alexandre Abreu para presidir o Banco e da saída de Ivan Monteiro do comando da área de Relações com Investidores. Os dois ocupavam, anteriormente, as vice-presidências em questão. Para substituir Gueitiro Matsuo Genso, que assumiu a presidência da Previ, na Diretoria de Clientes Pessoas Físicas, foi nomeado Simão Luiz Kovalski, que atuava anteriormente como gerente executivo na Diretoria. Para a Diretoria de Cartões, foi nomeado Rogério Magno Panca, que exercia a função de gerente-geral na unidade de Governança de Entidades Ligadas. Leonardo Silva de Loyola Reis, que antes estava à frente da unidade de Relações com Investidores, será o novo diretor de Finanças. Em seu lugar, assume a gerência geral da unidade Bernardo de Azevedo Silva Rothe.



# CASOS ENGRAÇADOS NO BANCO DO BRASIL

**Rir é um ótimo remédio para a saúde. Leia as histórias contadas por funcionários do BB e divirta-se!**

## ALUGA-SE BEBÊ

Ao assumir a administração da agência de Minas Novas (MG), em setembro de 1992, fiquei encantado com a beleza do lugar. Era espaçoso e aconchegante, estilo colonial, com todos os móveis em madeira e couro. Porém, já nos primeiros dias de trabalho, fiquei assustado com o movimento da agência. Éramos o único banco da cidade e havia mais três municípios sobre nossa alçada. O que mais me assustava era o barulho infernal dos clientes: conversa alta, criança chorando, verdadeiro caos. Vivíamos pedindo para que falassem mais baixo, pois não tínhamos a menor condição de concentração. Estava em um mato sem cachorro, pois havia mais de quatro mil aposentados e o atendimento era moroso, por conta de carnês, assinaturas, etc.

Certo dia, ao me deparar com um vídeo cassete em uma sala, logo perguntei: “funciona?”. Sou apaixonado por música, tinha uma centena de fitas VHS de *show* e pensei: “vou agitar aquela agência”. Instalei em uma coluna na área do atendimento uma TV e o vídeo cassete. Foi um sucesso, ambiente com som, onde todos curtiam o *show*. Uma tranquilidade... Mas um problema continuou: o choro das crianças.

Naquela época, não tínhamos atendimento preferencial. Convidei, então, meu amigo Renato, que era caixa executivo, para atender preferencialmente mulheres grávidas e com crianças de colo. Daí pra frente, o ambiente ficou mais alegre e saudável e eu “saí pro abraço”.

No entanto, passados alguns meses, Renato chamou-me

e, com muita sabedoria, disse-me:

- A criança no colo daquela senhora já esteve hoje na minha fila umas seis vezes.
- Como assim?, perguntei.
- Essa criança cada hora vem no colo de uma senhora diferente, disse Renato.
- Como você sabe?
- Por causa da manta que a criança usa, um rosa parecido com caneta marca-texto.

Imediatamente, fui até a entrada da agência e comecei a prestar atenção na senhora que havia sido atendida. Ela foi direto para uma praça, que ficava em frente à agência, onde, embaixo de uma árvore, encontrou uma jovem que aguardava o bebê. Era a mãe da criança.

Dali a senhora entrou em uma farmácia e fui a seu encontro. Com certa habilidade, perguntei se a criança era filha ou neta dela, ao que ela, para minha surpresa, respondeu:

- Não, aluguei o bebê para não enfrentar fila no banco. Pois bem, a jovem alugava o bebê para quem não queria enfrentar fila. Jeitinho brasileiro, né?

Retornei indignado à agência, mas sem saber o que fazer. Ao fim do expediente, conversei com Renato e ele me indagou:

- E agora, chefe, o que faço?
- Antes o aluguel da criança do que o choro, respondi.

Assim, fomos felizes para sempre.

*Edison Malva / Juiz de Fora – MG*

## LEMBRANÇA DO CANHOTO

Tomamos posse no Banco na agência de Toledo (PR) em 1965. Naquele tempo, a máquina de calcular funcionava por meio de manivela que, logicamente, ficava à direita do operador. Um dos colegas, o Lenza, era canhoto e, para acionar a manivela, apertava as teclas e passava a mão sobre a máquina, ficando todo desajeitado.

Quarenta anos depois, eu e os demais funcionários da época nos encontramos naquela cidade para uma confraternização. À medida que o pessoal ia chegando, alguns eram logo reconhecidos e outros, nem tanto. Foi o caso do Lenza, que somente eu logo o reconheci. Para que o pessoal o reconhecesse, eu representei o uso da máquina da forma que ele fazia, com a mão esquerda e todo torto. Imediatamente, ele foi lembrado por todos. Foi muito engraçado.

*Helenecy Carlos Spina / Brasília – DF*

**Esta página é dedicada a histórias engraçadas sobre equipamentos ou materiais antigos usados no Banco do Brasil. Se você tem uma história dessas, envie-a, se possível com foto, para [vicom@anabb.org.br](mailto:vicom@anabb.org.br).**



# CASSI EM DEBATE



**Entidades reúnem-se para discutir soluções para a sustentabilidade da Caixa de Assistência. Acesse o documento no QR Code ao lado ou no endereço [www.anabb.org.br/cassiemdebate](http://www.anabb.org.br/cassiemdebate) e veja as propostas elaboradas pelos representantes do funcionalismo**

Representantes de 64 entidades de 26 estados reuniram-se no dia 9 de fevereiro, na AABB/DF, em Brasília, para discussão e levantamento de propostas que possam contribuir para o equacionamento da situação financeira da Cassi. A reunião foi uma iniciativa da ANABB, em parceria com AAFBB, Faabb, Apabb, Contraf e Contec, e contou com 103 participantes de todo o país.

Do total de entidades presentes, 15 eram associações de aposentados e pensionistas, 9 entidades sindicais, 26 Conselhos de Usuários da Cassi, 2 movimentos organizados de funcionários, 2 organizações de acionistas minoritários, 10 representantes nacionais dos colegas do BB, além dos dirigentes eleitos da Cassi (diretores, conselheiros deliberativos e fiscais).

Os diretores eleitos da Cassi William Mendes e Mirian Fochi fizeram explanação sobre a situação da Caixa de Assistência e as estratégias que a entidade tem desenvolvido para sua permanência no mercado de autogestão em saúde. Dessa forma, foram apresentados os cenários para os próximos anos, a pirâmide etária do sistema de saúde, o custeio, as receitas e as despesas da Cassi, além do programa de excelência no relacionamento, com as iniciativas estratégicas e a gestão da informação assistencial, que possibilitarão o equacionamento do atendimento com qualidade e a sustentabilidade financeira da Caixa de Assistência.

## A REALIDADE DA CASSI

Para os dirigentes eleitos, um modelo sustentável para a Caixa de Assistência precisa ter custeio compatível com o modelo de atenção à saúde e responder às questões estruturais de saúde e da Cassi. A diretora Mirian Fochi disse que “queremos viver mais e com saúde. A Cassi é o melhor plano de saúde do Brasil. É essa Cassi que queremos preservar por muitos e muitos anos”.

Segundo os eleitos, o Plano Cassi Família encontra-se equilibrado e suas mensalidades seguem o índice técnico necessário a sua estabilidade. Contudo, o Plano de Associados vem registrando *déficits* contínuos. Comparando-se as despesas totais com as receitas ordinárias, a situação deficitária é apresentada desde 2005. Em 2007, esses *déficits* foram superados temporariamente pelos recursos extraordinários, como o aporte feito pelo BB, as re-

gociações tributárias e o Benefício Especial Temporário (BET) da Previ e a cobrança de coparticipações.

No entanto, desde 2012, os *déficits* crescentes voltaram e a Cassi projeta o fechamento de 2014 com R\$ 110 milhões negativos, em balanço que ainda está em fase de conclusão. Para 2015, projeta-se *déficit* superior ao atual, caso não sejam encontradas soluções para o desequilíbrio estrutural ou medidas emergenciais para o problema. “O modelo vigente na Cassi não é sustentável. Na última década, o Plano de Associados foi deficitário”, comentou o diretor William Mendes.

Estudos apontam diversas causas para o desequilíbrio financeiro do Plano de Associados. Confira algumas delas:

- *O modelo de atenção aberto*, por exemplo, em que cada associado escolhe os profissionais de saúde e os serviços de acordo com sua vontade, gera a realização de procedimentos desnecessários.
- *O envelhecimento da população e a redução da fecundidade* provocam custos maiores na saúde, pois, quanto maior a idade das pessoas, maior é a incidência de doenças.
- *O achatamento salarial*, em que a média salarial dos funcionários do Banco do Brasil vem apresentando redução considerável nos últimos dez anos, o que implica a redução das receitas da Cassi.
- *O índice de sinistralidade*, ou seja, as despesas assistenciais divididas pela receita total. No caso do Plano de Associados, este índice ultrapassa os 100%, o que mostra que a arrecadação não cobre os custos administrativos e de saúde.

## PROPOSTA DO BB

No evento, relatou-se que a proposta apresentada pelos dirigentes indicados pelo Banco do Brasil foi de que os associados aumentassem sua contribuição de 3% para 4,5% como medida permanente. Também foram propostos pelo BB diversos aumentos de coparticipações e reduções de direitos em saúde, inclusive com a instituição de franquia de R\$ 1.500,00 sobre internações. Essa proposta foi rejeitada pelos dirigentes eleitos da Cassi, os quais entendem que, enquanto são definidas as medidas estruturais, nenhum *déficit* deve ser coberto com o esforço apenas dos trabalhadores. Se a





gestão é compartilhada, torna-se necessário o debate sobre os esforços a serem empreendidos pelos participantes e pela patrocinadora.

### PROPOSTAS DOS ELEITOS DA CASSI E DAS ENTIDADES

A etapa final do evento foi de intervenções para posicionamentos, registros de preocupações e apresentações de propostas a serem divulgadas e debatidas em todo o país. O objetivo é que a proposta de restabelecimento do equilíbrio estrutural e sustentável da Cassi possa ser a mais representativa possível do interesse da maioria do funcionalismo do BB.

Foram apresentadas diversas propostas e sugestões relacionadas ao Modelo de Assistência e Estratégia Saúde da Família, à administração e fiscalização da assistência e gestão feita pela Cassi, à transparência, ao custeio, ao regime de solidariedade, à saúde do trabalhador, às questões tributárias, além da negociação com o Banco e os encaminhamentos do debate.

O relatório completo com detalhes da apresentação dos dirigentes eleitos da Cassi e das propostas levantadas no encontro pode ser conferido no site da ANABB, por meio do [link www.anabb.org.br/cassiemdebate](http://www.anabb.org.br/cassiemdebate). Se preferir, acesse o QR Code para conferir todo o conteúdo.

### POSICIONAMENTO DA ANABB

A ANABB entende que, com as informações sobre o que pensam os dirigentes da Cassi e do BB, é possível avançar no debate sobre as propostas para superar, em primeiro lugar, o momento de orçamento contingenciado e, posteriormente, discutir e decidir, com rapidez e segurança, sobre o futuro da Caixa de Assistência e de seus associados. Vale ressaltar, mais uma vez, que nenhuma proposta de aumento de contribuição dos associados pode ser feita sem consulta ao corpo social.

Muitas ideias diferentes surgiram. Algumas talvez sejam antagônicas. Por isso, vai ser necessária muita persistência e disposição ao diálogo para conquistar um futuro sustentável para a Cassi.

Só será possível lograr êxito se, mesmo diante de divergências, se obtiver a maturidade de tratar as pessoas e as entidades com respeito. Não se pode tratar potenciais aliados como inimigos. É necessário focar a união para construir, coletivamente, o futuro que se deseja. Como finalizou o presidente da ANABB no debate, fazendo referência a Dom Helder Câmara, “se discordas de mim, tu me enriqueces”.

### ENTIDADES REPRESENTADAS

Participaram representantes de 64 entidades:

1. AABB/DF
2. AABB/SP
3. AAFBB – Sede com representantes da Bahia
4. AAPBB
5. AAPPrevi
6. Afabb/DF
7. Afabb/BA
8. Afabb/ES
9. Afabb/Barbacena
10. Afabb/Uberaba
11. Afabb/MG
12. Afabb/MT
13. Afabb/PA
14. Afabb/SC
15. Afabb/SP
16. AIABB
17. Amest
18. ANABB
19. ANABBPrev
20. Apabb/DF
21. Apabb/SP Nacional
22. Conselho Fiscal, Deliberativo, Diretoria e Sede da Cassi
23. Conselho de Usuários da Cassi/AC
24. Conselho de Usuários da Cassi/AL
25. Conselho de Usuários da Cassi/AM
26. Conselho de Usuários da Cassi/BA
27. Conselho de Usuários da Cassi/CE
28. Conselho de Usuários da Cassi/DF
29. Conselho de Usuários da Cassi/ES
30. Conselho de Usuários da Cassi/GO
31. Conselho de Usuários da Cassi/MA
32. Conselho de Usuários da Cassi/MG
33. Conselho de Usuários da Cassi/MS
34. Conselho de Usuários da Cassi/MT
35. Conselho de Usuários da Cassi/PA
36. Conselho de Usuários da Cassi/PE
37. Conselho de Usuários da Cassi/PB
38. Conselho de Usuários da Cassi/PI
39. Conselho de Usuários da Cassi/PR
40. Conselho de Usuários da Cassi/RJ
41. Conselho de Usuários da Cassi/RN
42. Conselho de Usuários da Cassi/RO
43. Conselho de Usuários da Cassi/RR
44. Conselho de Usuários da Cassi/RS
45. Conselho de Usuários da Cassi/SE
46. Conselho de Usuários da Cassi/SC
47. Conselho de Usuários da Cassi/SP
48. Conselho de Usuários da Cassi/TO
49. Contec
50. Contraf/CUT
51. Faabb
52. FEEB/AL/PE/RN
53. Fenabb
54. Grupo Meia Dúzia de Três ou Quatro/BA
55. Movimento Semente da União
56. Sindicato dos Bancários da Bahia
57. Sindicato dos Bancários do Estado do Tocantins
58. Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte
59. Sindicato dos Bancários de Brasília
60. Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
61. Sindicato dos Bancários do Espírito Santo
62. Sindicato dos Bancários de Laguna – Santa Catarina
63. Sindicato dos Bancários de São Paulo
64. Unamibb





# I PRÊMIO CID

**Instituto VIVA CIDADANIA vai premiar projetos que tenham incentivado ações para o exercício da cidadania. Ao todo, são R\$ 100 mil em prêmios**

Por Tatiane Lopes

*“Invista sempre na alma humana, quem sabe possa ser um diamante bruto.”*

Mary Bethune

A autora da frase em epígrafe foi uma educadora americana e uma das mais importantes vozes na defesa dos direitos humanos. Assim como ela, muitos líderes destacaram-se por terem mobilizado milhares de pessoas em busca da valorização do ser humano e das iniciativas em prol de pessoas menos favorecidas. No Brasil, nomes como Herbert de Souza e Zilda Arns mostraram que nunca é tarde para se criar uma sociedade mais justa e com menos sofrimento humano.

O Instituto VIVA CIDADANIA também quer manter acesa a chama do altruísmo tão valorizada ao longo de toda a história da humanidade. Por isso, além de fomentar as ações sociais, em 2015, o instituto vai premiar os projetos que mais se destacaram no incentivo ao desenvolvimento socioeconômico e na melhoria da qualidade de vida de populações mais necessitadas.

A primeira edição do Prêmio Cidadania Viva, promovido pelo instituto, vai laurear projetos que tenham incentivado ações para o exercício da cidadania. “O prêmio representa importante momento, pois surge como espécie de ‘recompensa’ para aquelas tantas pessoas que se dedicam à árdua tarefa de ajudar o próximo. Já ouvi vários relatos de colegas que praticam o voluntariado e, por vezes, querem desistir. A premiação é uma forma de mostrar que seu trabalho está sendo reconhecido e que devemos valorizar iniciativas tão fundamentais para a sociedade”, explica o presidente do Instituto VIVA CIDADANIA, Douglas Scortegagna.

Podem participar da premiação os Comitês da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, mantidos ou assistidos por funcionários do Banco do Brasil, voluntários do BB, associações comunitárias, ONGs ou outras entidades que promovam bem-estar individual e coletivo e que tenham atuação destacada de funcionários do Banco.

Além de preencher a ficha de inscrição disponível no *site*, os interessados devem encaminhar para o Instituto VIVA CIDADANIA as informações do projeto, por meio de textos, fotos e/ou vídeos que mostrem o foco da atividade desenvolvida, o histórico do projeto e os resultados obtidos a partir de janeiro de 2013. Os projetos devem ser inscritos de 1º a 30 de junho de 2015.

Vale destacar que as entidades interessadas em participar do prêmio deverão ser apresentadas por voluntário que seja funcionário da ativa ou aposentado do Banco do Brasil e com a qual mantenha algum tipo de vínculo. No caso de trabalho apresentado por voluntário pessoa física, eventual prêmio em dinheiro será destinado à obra inscrita como objeto do trabalho realizado.



De mãos dadas com a responsabilidade social

# ADANIA VIVA

## CONHEÇA AS CATEGORIAS

A primeira edição do Prêmio Cidadania Viva apresenta duas categorias: Livre e Liberdade Responsável.

Na categoria Livre, poderão ser inscritos projetos que visem a: erradicação do analfabetismo, educação regular, instituição de cursos profissionalizantes, combate e erradicação de doenças, geração de emprego e renda. Para essa categoria, será aceito mais de um projeto por grupo organizado de pessoas. Ao todo, serão classificados dez projetos nessa categoria, totalizando R\$ 55 mil em prêmios.

Já a categoria Liberdade Responsável destina-se exclusivamente para participantes que desenvolvem projetos de ressocialização de apenados e/ou jovens em situação de risco social. Nesse caso, somente é possível única inscrição para cada grupo organizado de pessoas. Nessa categoria, serão classificados cinco projetos, em um total de R\$ 45 mil em prêmios.

## FIQUE ATENTO AO CALENDÁRIO

Inscrições: 1º a 30/6/2015

Remessa dos projetos: 1º a 31/7/2015

Julgamento: 10 a 14/8/2015

Divulgação dos resultados: 20/8/2015

Premiação: 4/9/2015, às 20 horas, em Brasília (DF)

...sível contribuir com a natureza. Confira!



## PRÊMIOS ESPECIAIS

### Categoria LIBERDADE RESPONSÁVEL

- 1º Lugar – R\$ 20.000,00
- 2º Lugar – R\$ 10.000,00
- 3º Lugar – R\$ 7.000,00
- 4º Lugar – R\$ 5.000,00
- 5º Lugar – R\$ 3.000,00

**Total: R\$ 45.000,00**

### Categoria LIVRE

- 1º Lugar – R\$ 20.000,00
- 2º Lugar – R\$ 10.000,00
- 3º Lugar – R\$ 7.000,00
- 4º Lugar – R\$ 5.000,00
- 5º Lugar – R\$ 3.000,00
- 6º a 10º Lugar – R\$ 2.000,00

**Total: R\$ 55.000,00**



## PARTICIPE!

Para conhecer o regulamento do prêmio, acesse o QR Code ao lado ou entre na página [www.vivacidadania.org.br](http://www.vivacidadania.org.br). A ficha de inscrição estará disponível no site. Para mais informações, ligue (61) 3442 9634.

## VEJA COMO USAR O QR CODE

O QR Code consiste de um gráfico 2D que direciona os usuários para determinados endereços eletrônicos. Isso possibilita o acesso a informações por meio de *smartphones* e *tablets*.

Passo 1 – Baixe o QR Code em seu *smartphone* ou *tablet*.

Passo 2 – Abra o aplicativo.

Passo 3 – Centralize o código no meio da tela.

Passo 4 – Agora você pode ler o documento.



# O BARULHO DA CARROÇA

**Reinaldo Fujimoto**

Vice-presidente Administrativo Financeiro  
vifin@anabb.org.br



*Certa manhã, meu pai, muito sábio, convidou-me a dar um passeio no bosque e eu aceitei com prazer. Ele se deteve numa clareira e, depois de um pequeno silêncio me perguntou:*

*– Além do cantar dos pássaros, você está ouvindo mais alguma coisa?*

*Apurei os ouvidos alguns segundos e respondi: – Estou ouvindo um barulho de carroça.*

*– Isso mesmo – disse meu pai – É uma carroça vazia.*

*Perguntei a meu pai:*

*– Como pode saber que a carroça está vazia, se ainda não a vimos?*

*– Ora – respondeu meu pai –, é muito fácil saber que uma carroça está vazia por causa do barulho. Quanto mais vazia a carroça, maior é o barulho que faz.*

*Tornei-me adulto e, até hoje, quando vejo uma pessoa falando demais, gritando para intimidar, tratando o próximo com grossura inoportuna, prepotente, interrompendo a conversa de todo mundo e querendo demonstrar que é a dona da razão e da verdade absoluta, tenho a impressão de ouvir a voz de meu pai dizendo: “quanto mais vazia a carroça, mais barulho ela faz”.*

A história em epígrafe parece-me bastante oportuna nos dias de hoje. Por muitos lugares em que passamos, é comum ver pessoas que gostam de se destacar pela imposição de ideias, e não pelo reconhecimento de suas ações. E o pior, apropriam-se de informações para transformá-las em poder político ou econômico.

Muitos estudiosos da comunicação afirmam que informação é poder. Há quem defenda que a mídia provoca comportamentos, influencia atitudes e cria ideologias, pois aqueles que detêm a informação em primeira mão podem disseminá-la da forma mais “conveniente”.

Por outro lado, a informação emitida isoladamente não representa muita coisa. Apenas confunde, gera movimentação e torna-se fugaz. Quando emitida de forma organizada, transforma-se em conhecimento e, assim, pode fazer a diferença na vida das pessoas.

Vejo isso na própria ANABB. Somos frequentemente alvo de informações inverídicas, tendenciosas e, até mesmo, mentirosas. Aposentado do Banco do Brasil há sete anos, dediquei-me especialmente à área financeira e sei que a especulação é artifício que se faz presente em diversas atividades laborais. Mas nunca tive

de defender a instituição em que trabalho do jeito que preciso fazer agora.

Tem muita gente séria e bem intencionada que utiliza a internet. Contudo, muitos grupos utilizam a rede virtual como arma de combate, e não como instrumento para o debate democrático. Se, de um lado, tentamos criar um ambiente saudável para discussão, de outro, somos considerados oportunistas e sem posicionamento.

Por vezes, vejo-me obrigado a despender um precioso tempo de trabalho para a Associação tentando administrar crises, que não são da ANABB, mas dos verdadeiros oportunistas que se mascararam de internautas para vender ideologias e cobrar atitudes que não ajudam ninguém, apenas servem para gerar insólitas discussões.

Tenho plena convicção de que essas “pessoas” só estão dispostas a fazer barulho, procurando impor conceitos que favorecem nichos, e não a coletividade. Tanto a Cassi quanto a Previ e a própria ANABB não podem ser tratadas apenas sob o olhar de quem as dirige. É preciso reunir e agregar outras entidades para transformar ao máximo o pensamento do associado em ações.

Desde 2012, a nova Diretoria da ANABB enfrenta o desafio de fazer uma gestão voltada para a transparência. A disponibilização da informação no site e no jornal é prioridade. Além disso, reforço um ato inédito que foi a criação da aba TRANSPARÊNCIA no site da ANABB. O canal passou a existir nessa gestão e possibilita o acesso aos mais importantes documentos da entidade, inclusive aos assuntos discutidos nos conselhos e na Diretoria.

Também relembro o que vem sendo feito nas eleições para integrantes de entidades do funcionalismo do BB. A ANABB, desde 2012, participa de forma diferenciada dos processos de escolha de seus dirigentes, promovendo o debate e levando ao associado a informação que verdadeiramente interessa. Aos poucos, percebo que a ANABB está se moldando a um novo modelo de governança, baseado em regras que regem as grandes e vitoriosas empresas.

Por fim, compartilho do pensamento do escritor Robert Greene, que diz que os maiores guerreiros, seja nos campos de batalha, seja nas salas de estratégia, sempre demonstram prudência, agilidade, equilíbrio e calma, e a certeza de que a compreensão, a intuição e o raciocínio sempre vencerão o pânico e a estupidez. ■